

FACULDADES INTEGRADAS DE CARATINGA – FIC

ANA PAULA DA CONCEIÇÃO MOREIRA

SHIRLEY COELHO CHAVES DUARTE

SIMONE ALVES SIMÃO RODRIGUES

**A REALIDADE SOCIAL DAS MULHERES INSERIDAS NA CASA  
DA MULHER NO SEGUNDO SEMESTRE DO ANO DE 2016**

CARATINGA - MG

2016

ANA PAULA DA CONCEIÇÃO MOREIRA  
SHIRLEY COELHO CHAVES DUARTE  
SIMONE ALVES SIMÃO RODRIGUES.

**A REALIDADE SOCIAL DAS MULHERES INSERIDAS NA CASA  
DA MULHER NO PRIMEIRO SEMESTRE DO ANO DE 2016**

Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Serviço Social das  
Faculdades Integradas de Caratinga, como  
requisito parcial à obtenção do título de Bacharel  
em Serviço Social.

Área de Concentração: Seminário de TCC II

Orientador: Renata Ribeiro de Paiva

CARATINGA - MG

2016

**TERMO DE APROVAÇÃO**

TÍTULO DO TRABALHO

A realidade social das mulheres inseridas na Casa da Mulher no segundo semestre do ano de  
2016

Por  
Ana Paula da Conceição Moreira, Shirley Coelho Chaves Duarte e Simone Alves Simão Rodrigues

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi apresentado perante a Banca de Avaliação composta pelos professores Lívia Maria Siqueira Fernandes, Renata de Souza Ribeiro Paiva e Sônia Gomes de Freitas, às 19:40 horas do dia quatorze de dezembro de 2016, como requisito parcial para a obtenção do título de Assistente Social. Após a avaliação de cada professor e discussão, a Banca Avaliadora considerou o trabalho Aprovado, com a qualificação \_\_\_\_\_

Trabalho indicado para publicação: ( )SIM ( )NÃO

Caratinga, 14 de dezembro de 2016.

\_\_\_\_\_  
Professor Orientador e Presidente da Banca

\_\_\_\_\_  
Professor Avaliador 1

\_\_\_\_\_  
Professor Avaliador 2

\_\_\_\_\_  
Aluno(a)

\_\_\_\_\_  
Coordenador (a) do Curso

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, por estar presente em todos os momentos da minha vida. Aos meus pais, Israel e Dirlene, que me educaram e guiaram para o alcance dos meus objetivos, e meu irmão Udsson que hoje está com Deus, mas enquanto estive aqui sempre me ajudou. Ao meu esposo Jorge Antônio pelo seu carinho, compreensão e por estar ao meu lado me incentivando nos momentos difíceis e a minha sogra Andréia pela compreensão e flexibilidade nos horários de trabalho, e também aos meus colegas da MinasFarma por tantos “galhos quebrados”.

As professoras Lívia, Sônia, Flávio Mateus, Joildo, Áurea, Noêmia, Sandra e demais mestres que tive durante esses quatro anos, que muito me ensinaram; também a orientadora, professora Renata Ribeiro pela atenção e dedicação prestada em todas as fases do trabalho, obrigado a todos vocês que transmitiram todos os seus conhecimentos, sempre com paciência e carinho durante todo o curso, agradeço também a supervisora de campo Cida, pelo acolhimento, boa vontade e orientação sempre com muita sabedoria, e a toda Casa da Mulher, agradeço também as minhas colegas de tcc, que mesmo com tantas dificuldades, brigas e sufocos, conseguimos superar este desafio. Enfim, a todos meus familiares e amigos pelos bons momentos vividos sem os quais não haveria conseguido. Obrigado !

Ana Paula da Conceição Moreira

## **AGRADECIMENTOS**

A caminhada não foi fácil, tive medos e incertezas e muitos desafios. Porém em meio a tantas lutas, Deus me amparou e me amou. Agradeço a Deus pelo dom da vida, pela concretização desse sonho, aos meus filhos Victor Hugo e Ana Lethícia, pelo carinho, amor e por compreenderem a minha ausência, Amo vocês filhos! Ao meu esposo Giovani por me amar, sempre me apoiar e agüentar meus choros e “desabafos”. Sou grata a minha Mãe, Auxiliadora, por todo amor e por sempre me incentivar a estudar, ao meu pai Edson (in memoriam) agradeço por todo ensinamento. Ao Brás, agradeço por ter se tornado um pai para mim, ao meu irmão Josef por sempre se alegrar com minhas conquistas, mesmo estando longe. Ao meu irmão Tayrone e minha avó “Doca” (in memoriam) dedico essa vitória. Agradeço a todos os meus familiares em especial a minha tia “Neném”, por todo apoio e carinho. Aos meus colegas da Faculdade que ao longo desses quatro anos dividiram comigo tantas alegrias, tristezas, angústias medos, incertezas e vitórias. Agradeço a todos os professores que dedicaram seu tempo e seu arcabouço teórico em prol do meu aprendizado, destaco aqui a minha orientadora professora Renata pela sua dedicação e sua acuidade no acompanhamento desse trabalho de conclusão de curso. A professora Sônia pela contribuição na escolha do tema, e por sempre nos incentivar a “beber de novas fontes” a professora Lívia, por ser tão prestativa e acolhedora e a todos outros professores que fizeram parte dessa caminhada .

A minha supervisora de campo Cida, sou grata por acreditar nos meus ideais e por me mostrar que de fato teoria e prática não se separam. Aos funcionários da Casa da Mulher agradeço pelo apoio e carinho dedicados a mim. As minhas companheiras de TCC, Ana Paula da Conceição Moreira e Simone Alves Simão Rodrigues, confesso que foram momentos de brigas, risadas, choros e cumplicidade, porem agradeço vocês por não desanimarmos nas fases de começar e recomeçar, corrigir e completar cada parte desse trabalho, vivenciamos períodos cansativos e desafiadores, que foram vencidos pela fé e perseverança. Aos que participaram direta ou indiretamente e acreditaram nesta conquista: Joyce, Alessandra, Conceição, minha sogra Leni e amigos, a todos vocês expresso a minha eterna gratidão!

Shirley Coelho Chaves Duarte

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, pois sem ele não seria possível prosseguir a minha escolha pelo curso de Serviço Social. A minha família pelo apoio e amor recebidos, principalmente aos meus amados pais Jose Simão e Ivete Alves, que abriram mão de muita coisa para poder me ajudar nessa conquista. A minha irmã Raquel pelas palavras de determinação, que me motivou a buscar forças e nunca desistir dos meus objetivos.

Ao meu noivo Wesley por todo amor, carinho e compreensão, ficando do meu lado nas horas que mais precisava, as minhas amigas e companheiras de estudo Ana Paula e Shirley, mesmo com tantos obstáculos e dificuldades expressei com muito carinho meu agradecimento pela compreensão e pela amizade. As minhas amigas de jornada Amanda, Gislaine e Liriane que nos momentos de angústia estavam sempre com palavras confortantes.

Aos mestres que foram essenciais no processo de formação profissional, pelo ensino, paciência e dedicação por transmitir seus conhecimentos, a minha orientadora Renata por exigir de mim mais do que eu supunha fazer, dedicando parte do seu tempo. A professora Sônia pelas palavras de sabedoria. A professora Lívia pelo convívio e carinho. A minha Supervisora de campo de estágio Aparecida por compartilhar todo seu conhecimento e toda equipe de funcionários e usuárias da Casa da Mulher que doaram seu tempo, foram fundamentais nesse processo.

Simone Alves Simão Rodrigues

*O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos mais solidários.*

*(lamamoto)*

## **SIGLAS**

**BPC-** Benefício de Prestação Continuada

**CADÚNICO** – Cadastro Único

**CAPS** - Centro de Atenção Psicossocial

**CASU** - Centro de Assistência à Saúde Unec

**CIB's** - Comissões Inter gestoras Bipartites

**CIT-** Comissão Inter gestores Tripartite

**CNAS-** Conselho Nacional de Assistência Social

**CNSS** - Conselho Nacional de Serviço Social

**CRAS-** Centro de Referência de Assistência Social

**CREAS** - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

**ESF-** Estratégia de Saúde da Família

**EUA** – Estados Unidos da América

**FMI** - Fundo Monetário Internacional

**FSM** – Fórum Social Mundial

**JK** - Juscelino Kubitschek

**LOAS** - Lei Orgânica da Assistência Social

**MDS** - Ministério do Desenvolvimento Social

**NOB** - Norma Operacional Básica

**ONG's** – Organização Não Governamental

**PAEFI** - Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

**PAIF-** Programa de Atendimento Integral à Família

**PAM** - Pronto de Atendimento Municipal

**PETI** - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

**PNAS**- Política Nacional de Assistência Social

**PROJOVEM** - Programa Nacional de Inclusão de Jovens

**SCFV**- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

**SUAS** - Sistema Único de Assistência Social

**SUS** – Sistema Único de Saúde

**TCC** - Trabalho de Conclusão de Curso

## RESUMO

Este trabalho de conclusão é resultado de um estudo sobre a realidade social das mulheres inseridas na Casa da Mulher, tendo como objeto de pesquisa as usuárias inseridas no equipamento. Para tal é feita uma reflexão acerca dos rebatimentos da conjuntura Neoliberal nas famílias brasileiras. Nesta perspectiva buscaremos analisar o contexto social das mulheres inseridas nos cursos ofertados pela Casa da Mulher, frente à reestruturação do capital. Ressalta se também a história da mulher na sociedade, apresentando as conquistas e os desafios vivenciados pela mesma. Foi elaborado um breve resgate histórico sobre a família, destacando para os novos arranjos familiares, sendo assim é válido afirmar que essas novas configurações mostram que a família, busca formas de se adaptar as demandas da contemporaneidade, onde a mesma exerce um papel fundamental, na vida de seus membros. Foi realizada uma análise da política de assistência social no Brasil onde a família foi abordada como pilar do modelo protetivo. Por fim, apontamos que apesar de todas as conquistas alcançadas pela mulher a mesma, teve e ainda tem muitas dificuldades no que diz respeito à sua posição na sociedade.

**Palavras-chave:** Mulher. Centralidade familiar. Política social

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO I – A CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIO-HISTÓRICA DOS PILARES DE SUSTENTAÇÃO DO PROJETO NEOLIBERAL E SUA INFLUÊNCIA NA VIDA DAS MULHERES BRASILEIRAS .....</b>	<b>13</b>
1.1 Construção histórico-social do projeto neoliberal na ordem capitalista .....	13
1.2- A globalização na economia e seus processos de exclusão .....	22
1.3 – A família brasileira e suas transformações na cena contemporânea .....	29
1.3.1 - A mulher na sociedade capitalista brasileira.....	37
<b>CAPÍTULO II – A POLITICA DE ASSISTENCIA SOCIAL E A CENTRALIDADE FAMILIAR: A MULHER NA SOCIEDADE CAPITALISTA BRASILEIRA. ....</b>	<b>43</b>
2.1 - Política de assistência social no Brasil: a família como pilar do modelo protetivo.....	43
2.2 – O perfil das usuárias inseridas na Casa da Mulher (pesquisa). ....	52
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>73</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>75</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>85</b>

## 1 – INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como o tema “A realidade social das mulheres inseridas na Casa da Mulher no primeiro semestre de 2016”. O interesse pelo o mesmo se deu através da experiência das alunas realizarem estágio curricular na Casa da Mulher, sendo a mesma um órgão extensivo do CRAS e preconizada no SUAS no Município de Caratinga, destinado á mulheres acima de dezoito (18) anos advindas do CadÚnico, onde é ofertados cursos capacitatórios de geração de renda.

O objetivo deste estudo é compreender a estratégia de sobrevivência da mulher frente à globalização, enquanto mãe, esposa, estudante e provedora do lar e no que se refere á esfera domésticas, aos cuidados da reprodução da família e sobrecarga de atividades, com a inserção das mesmas no mercado de trabalho.

A partir desse contexto buscou-se compreender as mudanças ocorridas na vida das famílias devido à inserção da mulher no mercado de trabalho. Ressalta-se que a globalização do Capital nos anos 80 e 90 tiveram como conseqüência diversos efeitos no que diz respeito à desigualdade entre o emprego feminino e masculino, uma vez que o emprego masculino regrediu e o trabalho feminino cresceu a demanda e remuneração, aumentando o número de mulheres no mercado de trabalho.

Nesse sentido o presente trabalho é dividido em dois capítulos distintos, no primeiro deles cognominado “A contextualização sócio-Histórica dos Pilares de sustentação do Projeto Neoliberal e sua influência na vida das mulheres brasileiras”, pretende-se destacar, a Reorganização do capital, cujos reflexos mais visíveis foram o surgimento do Neoliberalismo, com a crise o capital amplia modificações que visa à liberdade dos investimentos financeiros. Com a privatização do Estado como processo intenso de reestruturação da produção e do trabalho, onde um novo proletariado se apresenta expandindo o trabalho feminino.

O segundo capítulo denominado “A política de Assistência social e a centralidade Familiar”: A mulher na sociedade capitalista Brasileira elucida a política de assistência social no Brasil”, trata sobre a origem da mesma e seus avanços.

Vale ressaltar que a mesma teve suas origens na filantropia e na caridade aborda-se que foi a partir da constituição federal de 88 que a assistência social passa ser direito do cidadão e dever do Estado. Retrata-se a centralidade das famílias nas políticas sociais brasileiras, onde Estado, cada vez mais, tende a passar as suas responsabilidades para a família.

E, por fim, apresentar a pesquisa realizada junto às mulheres inseridas no equipamento Casa da Mulher, com vistas a descobrir qual a realidade social das mesmas e assim contribuir para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais.

# **CAPÍTULO I – A CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIO-HISTÓRICA DOS PILARES DE SUSTENTAÇÃO DO PROJETO NEOLIBERAL E SUA INFLUÊNCIA NA VIDA DAS MULHERES BRASILEIRAS**

## **1.1 Construção histórico-social do projeto neoliberal na ordem capitalista**

A partir dos anos 70 quando o capital entra na sua fase de extensão e maturação, e com a crise e o esgotamento do modelo social democrata em alguns países da Europa, o capital foi compelido a desenvolver grandes modificações na sua dinâmica de reprodução ampliada, ou seja, novas formas de expansão que possibilitasse uma reformulação do imperialismo<sup>1</sup> foram então necessárias.

Pode-se perceber que, essa “reforma” do modelo capitalista se subsidiou de novas conjunturas na área política, econômica e social, como por exemplo, a queda do muro de Berlim em 1989, que simbolizou o começo de uma nova era, no qual houve a unificação da Alemanha onde se fez mais forte, tornando também a Europa mais unida, competitiva e consciente de que juntos são mais fortes. Ademais, a queda do muro mostrou que havia um novo direcionamento econômico e político se formando no mundo pós-guerra fria<sup>2</sup>. Pode-se citar também a desintegração da União Soviética e seu desmoronamento no modelo socialismo real e conseqüentemente a formação de blocos econômicos e grandes avanços da tecnologia.

Assim, Dupas menciona que:

---

<sup>1</sup> O imperialismo, ou o domínio do capital financeiro, é aquela fase superior do capitalismo na qual esta separação atinge vastas proporções. A supremacia do capital financeiro sobre todas as outras formas do capital significa a hegemonia dos que vivem dos rendimentos e do oligarca financeiro; significa uma situação privilegiada de um pequeno número de Estados financeiramente ‘poderosos’ em relação a todos os outros. (LÊNIN, 1985, p.58).

<sup>2</sup> A Guerra Fria foi uma disputa político-militar que marcou a antiga ordem mundial, polarizada por Estados Unidos e União Soviética.  
(Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/geografia/guerra-fria.htm>> Acesso em 15 de setembro 2016)

A década de 1990 iniciou-se sobre as ruínas do muro de Berlim, entronizando o mercado como instância suprema de coordenação das atividades econômicas e instigando os Estados a baterem em retirada não só nas áreas em que – agora comprovadamente – não tinham competência para estar. (DUPAS, 1999, p.230)

Nesse período do Capitalismo ocorreu uma forte distinção entre condições de vida do operário e da burguesia marcada de interesses diferentes que separa as massas trabalhadoras da burguesia. Contudo as classes trabalhadoras reagem e passam se organizar enquanto classe em torno de interesses comuns, surgindo também às funções do Estado a fim de trazer subsidio, assumindo uma forma complexa de sua intervenção, voltada para as exigências do capital, devido ao surgimento do capitalismo Monopolista<sup>3</sup>.

De acordo com Netto:

É claro, portanto que o objetivo real do capital monopolista não é a —diminuição do Estado, mas, a diminuição das funções estatais coesivas, precisamente aquelas que respondem á satisfação de direitos sociais. Na verdade, ao proclamar a necessidade de um Estado mínimo, o que pretendem os monopólios e seus representantes nada mais é que um Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital. (NETTO, 2007, p. 227).

Diante deste contexto, o Estado intervém na economia para amenizar a estagnação e sua intervenção na questão social<sup>4</sup>, tornando-se traspassável as demandas das classes trabalhadoras a certos interesses, resultando adjudicação de

---

<sup>3</sup> No Capitalismo monopolista, as funções políticas do Estado imbricam-se com as econômicas desempenhando assim multiplicidade de funções para assegurar os objetivos estritamente econômicos, os quais visavam à garantia de super lucros dos monopólios. “[...] o que importa observar e destacar [...] é que a constituição da organização monopólica obedeceu à urgência de viabilizar um objetivo primário: o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados. (NETTO, 1992, p.15).

<sup>4</sup> A Questão Social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 1998, p.27)

direitos sociais como políticas sociais, para favorecer a reprodução da classe trabalhadora. No contexto do capitalismo monopolista são necessários os serviços governamentais, sendo assim o Estado requer para os serviços proposto adentrando as políticas educacionais e profissionalizantes, assim como os programas de qualificação.

Assim sendo, Netto vem discutir que:

tomar a “questão social” como problemática configuradora de uma totalidade social é remetê-la concretamente a relação capital/trabalho—que significa, liminarmente, colocar em xeque a ordem burguesa. Enquanto intervenção burguesa no capitalismo monopolista, a política social deve constituir-se necessariamente em políticas sociais: as seqüelas da “questão social” recortadas como problemáticas particulares (o desemprego, a fome, a carência habitacional, o acidente de trabalho, a falta de escolas, a incapacidade física etc.) e assim enfrentadas. (NETTO, 2000, p. 301)

Em se tratando da teoria do Estado mínimo<sup>5</sup>, o mercado e o setor privado são sinônimos de eficácia, de aptidão, e equidade, o mesmo culpabiliza o estado pela crise, portanto, o Estado deve ser reduzido a uma proporção mínima, apenas necessária para a reprodução do capital.

A crise do Estado de Bem - Estar - Social<sup>6</sup> que surgiu entre as décadas de 1940 e 1960, por sua vez abriu as portas para o neoliberalismo<sup>7</sup>, o mesmo era um projeto impositivo que visava recuperar os ânimos e a capacidade dos países após a tensão social, econômica e política no período das guerras, este período ficou assim conhecido como “anos dourados”, por ser um momento de grande desenvolvimento

---

<sup>5</sup> É visto como um Estado limitado, estando seus limites estabelecidos em dois níveis: limites quanto aos poderes e limites quanto às funções. (BOBBIO, 1998, p. 11)

<sup>6</sup> É o resultado de movimentos de oposição e de construção de consensos que possibilitaram aliar o progresso técnico, a industrialização, a garantia da propriedade, com condições de organização e de manutenção da força de trabalho estabelecendo um Estado de direitos civis, políticos, sociais, éticos, administrativos, ambientais. (FALEIROS, 2000, pág, 192).

<sup>7</sup> [...]. Sem qualquer intervenção da lei, os interesses e os sentimentos privados das pessoas naturalmente as levam a dividir e distribuir o capital de cada sociedade entre todas as diversas aplicações nela efetuadas, na medida do possível, na proporção mais condizente com o interesse de toda a sociedade. (ADAM SMITH, 1983, p. 104)

econômico e muita oferta de emprego, facilitando o crescimento econômico industrial entre empresários, classe média e trabalhadores, tal crescimento chegou a ser conhecido como uma nova Revolução Industrial, o que levou a uma nova reurbanização e conseqüentemente a danos não desejados como aumento da poluição devido ao aumento de utilização de combustíveis fósseis, porém essas conseqüências eram vistas como algo banal, uma vez que os lucros eram visíveis.

Assim sendo, Alves ressalta que:

O modo de produção capitalista passa por uma crise após um período de acumulação de capitais, chamado de anos dourados, caracterizado pela internacionalização da produção industrial (e de serviço), expansão do comércio internacional e concentração acentuada do capital, sob a hegemonia dos Estados Unidos no mercado mundial. (ALVES, 1996, p. 24)

As crises do petróleo em 1973 e 1979 atingiu diretamente o desenrolar do fim do Estado de Bem – Estar - Social, o que elevou o valor do petróleo e do gás natural, portanto esta crise mais a insatisfação das empresas privadas com o modelo de Estado atual, onde se cobrava altos impostos, fez por assentar as críticas, por conseguinte, a conseqüência desta crise ocasionou um aumento das pressões políticas no que diz respeito ao fim do Estado de Bem - estar Social, com a idéia de que o mesmo seria insuficiente para reverter a situação pouco promitente.

Assim, o declínio do Welfare State ou do “Estado de bem-estar social” e suas técnicas de funcionamento, provocou a crise fiscal do Estado capitalista e a necessidade de reparação de gastos públicos e sua transmissão para o capital privado, levando ao aumento enfático de privatizações. Destarte, com tal declínio e o surgimento da ideologia do estado Neoliberal<sup>8</sup>, as empresas começaram a adotar o

---

<sup>8</sup> O Estado neoliberal, ao contrário do Estado social-liberal é, ao mesmo tempo, centralizado e descentralizado, sua função é limitada à intervenção, tem por papel induzir mudanças, estabelecer parcerias e coordenar iniciativas. É centralizado no que se refere à definição de um currículo mínimo e de um sistema unificado de avaliação; é descentralizado no que diz respeito às diferenças sociais, às desigualdades, e às necessidades específicas de cada região. Em suma, o Estado neoliberal coloca o indivíduo no centro da filosofia social e defende a propriedade privada como sendo direito fundamental do homem. Ao Estado cabe

padrão de produção toyotista<sup>9</sup>, em busca de uma empresa que procurasse o aumento de seus lucros. Neste modelo, adotado pela montadora Toyota (toyotismo) a produção é feita sob medida, com objetivo de evitar os acúmulos nos estoques, além de terceirizar o máximo possível de mão de obra enfraquecendo os sindicatos, uma vez que estes estão espalhados em sindicatos diversos, casando assim a perda da identidade coletiva. Ademais, este modo de produção não permite que a mesma permaneça do início ao fim em uma só instalação, tendo este fator, característica comum com o modelo anterior nomeado como fordismo<sup>10</sup>.

Esta nova ideologia é mais simples, no qual visa não estocar mercadorias, produzindo apenas os produtos de giro rápido em quantidade demandada pelos mercados. Portanto, como resposta a esta crise, e objetivando a recuperação do ciclo produtivo do capital foi elaborado um vasto processo de reestruturação produtiva, caracterizada pela desregulamentação dos direitos do trabalho e dos direitos sócio-políticos conquistados. Em suma, as mudanças estruturais e tecnológicas, produtivas e organizacionais, conduziram o desemprego, trazendo assim a desregulamentação dos direitos sociais da classe trabalhadora, onde a reestruturação produtiva<sup>11</sup> surge como resposta em meados do século XX, no qual sua inserção no mundo capitalista está ligada à Terceira Revolução Industrial e ao processo de implementação do Neoliberalismo enquanto sistema econômico.

Neste sentido, Yamamoto destaca que:

---

a função regulatória, no sentido de reduzir incertezas e assimetrias de informações e de garantir a produção eficiente e de qualidade. (NASCIMENTO, 1997, p. 63)

<sup>9</sup> O esboço de uma “captura” da subjetividade do trabalhador, que foi sistematizado com o toyotismo, já estava presente em Ford na medida em que “se um operário deseja progredir e conseguir alguma coisa, o apito será um sinal para que comece a repassar no espírito o trabalho feito a fim de descobrir meios de aperfeiçoá-lo” (FORD, 1967: 41).

<sup>10</sup> O fordismo se caracterizou pela produção em massa, então instaurada significaria o consumo em massa, estabelecendo uma nova relação entre o capital e o trabalho e em uma nova sociedade altamente racionalizada e cronometrada, sendo que o novo método de produção é inseparável de uma forma de viver, de pensar, de agir, de sentir e de produzir a vida. (ARAÚJO, 2008, p. 135)

<sup>11</sup> A reestruturação produtiva é, principalmente a mudança do sistema americano de produção fordista/taylorista para o modelo japonês toyotista, ambos tiveram seus berços nas indústrias automobilística. (ANTUNES, 1997).

[...] A terceira revolução industrial acompanhada de profundas transformações mundiais, assim como em etapas anteriores do desenvolvimento industrial, radicais mudanças tecnológicas envolveram uma ampla expulsão da população, uma força de trabalho [...] são estoques de força de trabalho “descartáveis” para o mercado de trabalho, colocando em risco para esses segmentos a possibilidade de defesa e reprodução da própria vida. (IAMAMOTO, 2007, P.33)

Vale salientar que após a crise, o capital busca sua recomposição através da globalização<sup>12</sup> do mercado, sendo assim o mesmo rompe as fronteiras nacionais e passa constituir-se em um poder global. Com intuito de deliberar as regras desse mercado globalizado, os sete países mais ricos do mundo, EUA, Canadá, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Japão se uniram e formaram o grupo G7, tal deliberação ficou conhecida como Consenso de Washington<sup>13</sup>.

De acordo com Batista, “o Consenso de Washington foi à denominação de uma articulação para implantar o neoliberalismo de maneira ordenada em vários países” (BATISTA, 1994). Desta forma, em dezembro de 1989 pela primeira vez na história reuniram-se na capital dos Estados Unidos funcionários do governo daqueles país e dos organismos financeiros internacionais especializados em assuntos latino- americanos FMI, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O objetivo do encontro era fazer uma avaliação das políticas econômicas implantadas até então. Para relatar as experiências locais, também participaram do evento diversos economistas latino - americanos. Portanto, em 1990, surge assim o Consenso de Washington, com finalidade, de deliberar como as demais nações devem se ajustar a nova ordem mundial, e nela ficaram estruturadas

---

<sup>12</sup> Expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial”. Envolve nações, nacionalidades, regimes políticos, projetos nacionais, indivíduos, grupos, classes sociais, economias, sociedades, culturas e civilizações. (IANNI, 1992, p. 11)

<sup>13</sup> [...] Um conjunto, abrangente, de regras de condicionalidade aplicadas de forma cada vez mais padronizada aos diversos países e regiões do mundo, para obter o apoio político e econômico dos governos centrais e dos organismos internacionais. Tratase também de políticas macroeconômicas de estabilização acompanhadas de reformas estruturais liberalizantes (TAVARES; FIORI, 1993)

as bases da nova política econômica e social, que passou a impor uma ideologia espargida mundialmente.

Sendo assim é possível afirmar que a mensagem transmitida no Consenso de Washington, seria absorvida pela maior parte da elite econômica como sinônimo de modernidade.

Como assevera Bresser Pereira:

O “Consenso de Washington” foi elaborado pelo economista britânico John Williamson como um conjunto de proposições para serem adotadas pelos países da América Latina. Williamson elaborou dez pontos centrais para a política econômica: “a) disciplina fiscal visando eliminar o déficit público; b) mudança das prioridades em relação às despesas públicas, eliminando subsídios e aumentando gastos com saúde e educação; c) reforma tributária, aumentando os impostos se isto for inevitável, mas “a base tributária deveria ser ampla e as taxas marginais deveriam ser moderadas”; d) as taxas de juros deveriam ser determinadas pelo mercado e positivas; e) a taxa de câmbio deveria ser também determinada pelo mercado, garantindo-se ao mesmo tempo em que fosse competitiva; f) o comércio deveria ser liberalizado e orientado para o exterior (não se atribui prioridade à liberalização dos fluxos de capitais); g) os investimentos diretos não deveriam sofrer restrições; h) as empresas públicas deveriam ser privatizadas; i) as atividades econômicas deveriam ser desreguladas; j) o direito de propriedade deve ser tornado mais seguro.” (BRESSER PEREIRA, 1991, p. 6).

No entanto, embora a dedicação dos meios de comunicação em apresentar o lado positivo dos efeitos do neoliberalismo na América latina, é possível notar a miséria crescente, altas taxas de desemprego, entre outras situações de vulnerabilidade social, que deixam irresoluta a burocracia internacional baseada em Washington.

Na política, o que era multilateral tomou lugar do sistema bilateral e com a chegada das potências médias regionais e dos blocos econômicos, o mundo vive assim, um complexo sistema de relações no novo jogo do poder. Neste sentido o Estado deixa de ser agente econômico, ocorrendo uma diminuição nas políticas públicas, esses agentes, produtores e consumidores passam a ter liberdade para produzir e consumir, onde seu funcionamento é baseado no mercado. Devido a

estas mudanças houve a instabilidade e insegurança no trabalho expandindo assim o desemprego.

Assim em relação ao Estado às repercussões são regressivas, pois como diz Coutinho:

Na época neoliberal, não há o espaço para o aprofundamento dos direitos sociais, ainda que limitados, mas estamos diante da tentativa aberta – infelizmente em grande parte bem-sucedida – de eliminar tais direitos, de desconstruir e negar as reformas já conquistadas pelas classes subalternas. (COUTINHO, 2008, p. 25)

O neoliberalismo consistia em preservar a ordem capitalista, fazendo com que a mesma se consolide e se desenvolva, além de explicar a exploração ao priorizar os interesses empresariais e econômicos no que se refere as demandas sociais, colocando esta como consequência das crises capitalistas. De fato, o mercado prioriza a liberdade de ação e se desresponsabiliza a custear programas sociais. Na ideologia neoliberal, os empresários devem ser livres para negociar salários, pagar impostos reduzidos, sem a interferência dos sindicatos. Segundo o neoliberalismo, é natural que exista desemprego, pois, o mesmo serve para equilibrar o mercado, enxergando o Estado de Bem Estar Social como algo que corrompe a sociedade, pois sem o mesmo, o Estado deixa de cumprir suas obrigações com a sociedade. De acordo com o neoliberalismo, através do corte dos gastos com assistência, pode por fim ao Estado de Bem-Estar Social, devendo ao mesmo se preocupar apenas com ações de atributos básicos, como programas de renda mínima, com a finalidade de evitar a crise e a miséria na sociedade, por sua vez sua renda não deve desestimular o trabalho, e essa renda deve manter as necessidades básicas do indivíduo e/ou de sua família, não sendo mais necessária assim, a intervenção do Estado.

Netto vem ressaltar também que, o efeito da reestruturação do Estado se dá:

Pesada transferência do patrimônio público-estatal para o grande capital pela via da privatização; drenagem de recursos privados e públicos para o capital parasitário-financeiro através das políticas de ajuste (financeira e tributária); diminuição do poder do Estado como regulador das relações capital-trabalho, pela via da flexibilização; apequenamento do papel econômico-indutor dos Estados periféricos e semi-periféricos, seja pela orientação que conduz à sua redução, seja pelo novo papel desempenhado pelas instâncias supra-nacionais do grande capital (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial); enfim, amesquinamento da função desses Estados de fiadores de padrões de crescimento decididos “ desde dentro”, pela via da desregulamentação. (NETTO, 2004, p. 71)

Essas características do Estado declaram que o projeto neoliberal realiza a democracia apenas em seus aspectos formais, tendo suas ações limitadas pelas decisões políticas econômicas. A democracia entendida como soberania popular, e como expressão da cidadania, é definida por Coutinho, como:

A capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou por todos (no caso de uma democracia efetiva) de se apropriarem dos bens socialmente criados é incompatível com o reino do mercado como vem sendo retomado pela proposta neoliberal. (COUTINHO, 2008, p. 50.)

Contudo na ampla indústria, o grande capital eliminou os entraves a sua plena expansão, os trabalhadores passaram a ser visto como ligação com a introdução de máquinas. Sendo assim um motivo de revolta pela massa trabalhadora, devido ao processo de produção da tecnologia que tem o homem como objeto, substituindo o trabalhador por máquinas, devido a este processo houve uma confrontação não somente os diferentes membros dessas classes sociais entre si, havendo uma grande concorrência entre os trabalhadores, surgindo, portanto o exército industrial de reserva, desemprego em massa, rebaixamento dos salários, e a jornada de trabalho estendida.

Conforme Teixeira, apud Santos:

O trabalho abstrato ganha uma realidade tecnicamente tangível na

medida em que a nivelção geral das operações permite o deslocamento dos trabalhadores de uma máquina para outra, de um setor para o outro, em tempo muito breve e sem a necessidade de adestramento especial. (TEIXEIRA, APUD SANTOS, 1999, apud SANTOS; COSTA, 2006, p. 4)

Por fim, vale salientar que as políticas sociais são reflexos das lutas das classes trabalhadoras, onde as expressões da questão social surgem devido à desigualdade social, desemprego, fome e outras formas de vulnerabilidade social. Sendo assim é possível afirmar que o Governo Neoliberal não conseguiu alcançar suas metas no que diz respeito a modernização e automação dos processos industriais, ocorrendo assim desemprego devido a redução do número de funcionários das antigas estatais, contudo as empresas almejavam o lucro fácil esquecendo do capital humano o que suscitou exclusão social e a dependência do capital Internacional.

## **1.2- A globalização na economia e seus processos de exclusão**

A III Revolução Industrial que se inicia em meados do século XX, conhecida também como Revolução Técnico – Científico - informal, surgiu após a Crise do Petróleo em 1970, acarretando um longo processo de inovações, conhecidos como química fina, que consiste na robótica, genética, biotecnologia e entre outros avanços. Entretanto, a economia ocidental na década de 70 teve uma queda nos produtos industrializados o que fez com que aumentasse o seu custo fixo, assim como alternativa, busca-se maior racionalização dos investimentos, diminuindo o número de funcionários, e conseqüentemente o desemprego.

Assim, com intuito de reduzir os custos e aumentar a produtividade foi estabelecidas novas alternativas tecnológicas, como o uso da microeletrônica; essa estratégia tinha como objetivo o aumento da produtividade, e o fazer de uma forma diferente de trabalho.

Neste sentido, Harvey afirma que:

A profunda recessão de 1973, exacerbada pela crise do petróleo, evidentemente retirou o mundo capitalista do sufocante torpor da “estagflação”(estagnação da produção de bens com alta inflação de preços) e pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista. Em consequência, as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reconstrução econômica e reajustamento social e político. No espaço social criado por todas as oscilações e incertezas, uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começou a tomar forma. Essas experiências podem representar os primeiros ímpetus da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulamentação política e social bem distinto. (HARVEY, 1992, p 140)

Contudo, é necessário uma alternativa para as economias ocidentais, no que se refere à busca pela superação da crise de crescimento, no qual teve uma cobrança no novo padrão tecnológico e produtivo, pois tal crise capitalista aumentava cada vez mais. Devido a internacionalização financeira as empresas procuraram diminuir custos na organização de produção, afirma-se, portanto que as mudanças ocorridas na sociedade capitalista como as transformações técnicas, sociais, econômicas e culturais, ficaram conhecidas como a terceira revolução técnico científica, havendo assim uma nova organização produtiva que foi formada em vários países, uma vez que esse novo conceito de atuação do capital provoca modificações econômicas, sociais e empresariais.

Com a inovação dos processos da tecnologia, efetuou-se uma aceleração do capital onde o mesmo se reajustou, o desempenho no Japão, por exemplo, foi devido a política macroeconômica e seu desenvolvimento, que não dependia de capital externo, portanto, esse processo de reestruturação produtiva dos setores como o a microeletrônica possibilitou resultado modernizantes, ocorrendo assim no mesmo período em nível menor na Alemanha, uma vez que a modernização na Alemanha possibilitou novas produções, surgindo uma competição pela concorrência internacional.

Portanto, segundo Tavares:

A partir de 1982 (...) a coalizão de governo conservadora-liberal optou por uma proposta consistente de ajuste de longo prazo (...) para enfrentar uma ordem internacional em mutação. O objetivo estratégico foi a retomada do impulso exportador, a partir de segmentos industriais tecnologicamente competitivos e de empresas financeiramente sólidas. (TAVARES, 1992, p.59-67)

Frente a esse contexto o mercado europeu e internacional e essa competição de produtos e inovação possibilitaram um modelo sócio técnico, fazendo com que outros países se sujeitassem a seguir esses processos de inovação tornando assim a concorrência mais exigente na década de 90. Ao se pensar nas empresas multinacionais verifica-se que foi devido as economias dos países, pelo subdesenvolvimento industrializado junto com o sistema capitalista central, que fez com que se formasse um modelo tecno burocrático- capitalista, quando se trata das empresas multinacionais que são definidas como fábricas e que controlam ativos. Essas empresas emergiram-se quando o capitalismo mundial e a divisão internacional do trabalho foi excedida, trazendo assim a unificação industrial; o interesse para expandir seus produtos, montando novos mercados um dos maiores interesses dos países capitalistas eram em busca de matérias-primas, procura por lucros maiores, produtos manufaturados, portanto, mediante essa situação apresentavam as empresas industriais desenvolvem a partir da iniciação da energia elétrica e de produção em massa como a indústria automobilística, sendo assim nos demais países centrais e nos periféricos se estabeleceram oficinas de assistência técnica e de montagem uma vez que seu maior interesse era na troca de exportações.

Logo, a entrada no Brasil das empresas multinacionais manufatureiras se deu devido a extorsão pelo desenvolvimento da indústria nacional de importações, as empresas Norte americanas, após conhecerem a mão-de-obra barata japonesa, estabelecem bases manufatureiras de exportação nos países periféricos como Hong-Kong, entretanto o aumento do mercado interno dos países periféricos é de interesses das multinacionais. Para ajudar a explicar o aumento da produtividade Bertolino afirma que são por dois principais fatores: “as horas extras e a terceirização”. (BERTOLINO, 1997, p. 20), não obstante, qualquer que seja a razão, o aumento do rendimento consiste no crescimento da exploração da mão-de-obra.

Como explica Bertolino:

As máquinas modernas por si só não são capazes de aumentar a produtividade. Elas obrigam os trabalhadores a acelerar a velocidade das operações. Com as novas técnicas de organização do trabalho, muitas vezes, os intervalos de paradas são eliminados. Além da energia muscular, o trabalhador é obrigado a uma concentração maior, o que ocasiona desgaste psicológico. A tensão emocional é constante e as doenças profissionais crescem assustadoramente. São novas formas de exploração assalariada. (BERTOLINO, 1997, p.20):

Contudo, a globalização que está vinculada ao período das grandes navegações no final do século XVI, onde os colonizadores impuseram sua cultura dando início à exploração de riquezas naturais e sociais; mais tarde a partir do século XVIII e início do século XIX deu-se início a uma nova sociedade, a chamada “sociedade da tecnologia”, ou seja, a Revolução Industrial, que é marcada pelo desenvolvimento acelerado da tecnologia, surgimento de novas indústrias nas cidades, o que chamou a atenção dos moradores dos campos em busca de novos empregos e melhor qualidade de vida<sup>14</sup>, ocorrendo assim o êxodo rural onde muitos trabalhadores do campo vão para a cidade em busca de emprego, porém o que se ocorre é o abarrotamento da cidade e seu crescimento desenfreado, os empregos esperados não são suficientes o que leva a esses migrantes a entrar para o mercado informal, além de se instalarem em locais precários e insalubres, crescendo assim as periferias no qual conseqüentemente mais tarde aflora-se a exclusão social<sup>15</sup> e exploração da classe menos favorecida.

---

<sup>14</sup> É considerada como a percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos quais vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações (WHOQOL, 1994)

<sup>15</sup> A noção de «exclusão social» pertence à perspectiva própria da tradição francesa na análise de pessoas e grupos desfavorecidos. Em termos simplificados, Robert Castel(...) define «exclusão social» como a fase extrema do processo de «marginalização», entendido este como um percurso «descendente», ao longo do qual se verificam sucessivas rupturas na relação do indivíduo com a sociedade. Um ponto relevante desse percurso corresponde à ruptura em relação ao mercado de trabalho, a qual se traduz em desemprego (sobretudo desemprego prolongado) (...). A fase extrema – a da «exclusão social» - é caracterizada

O aumento da produtividade é o principal ponto da produção, levando em consideração que quanto mais se produz mais se consegue vender, e quanto menos força de trabalho se utiliza e mais avançados meios de produção conseqüentemente maior será o lucro. A extensão acelerada das tecnologias e o modo de produção e reprodução capitalista utiliza da mão-de-obra barata a fim de obter a extração absoluta da mais valia<sup>16</sup>, essa mão de obra barata não tem outra alternativa a não ser se sujeitar a tal trabalho para manter-se vivo, fazendo com que a pobreza se torne um problema crônico e sem fim, o que faz com que o mundo se torne mais desigual, aumentando a pobreza e marginalização. Se a princípio, o objetivo da globalização era de aproximar povos, e países, o que se vê é um mundo de desigualdades onde quem pode compra e quem não pode é excluído, deixando assim quem não pode a margem da sociedade tornando a distribuição de renda uma competição cada vez mais acirrada, levando a lógica de que esses excluídos têm cada vez menos a chance de alcançar os objetivos iniciais da globalização uma vez que sua renda fica cada vez mais aquém.

Entretanto, Buarque afirma que “a apartação social, trata-se da naturalização da desigualdade social, criando um fosso intransponível entre o mundo dos ricos e dos pobres” (BUARQUE, 1991) ou seja, pouco importa para o que acontece devido a esta inversão de valores, a naturalização da pobreza torna tudo normal e aceitável. A justificativa dos ricos é de que a pobreza é algo que nasce com a pessoa sendo como uma vontade divina e que não deve ser mudada, além de culpabilizar essas pessoas por tais fatos. Pode-se afirmar que o maior problema da globalização é a precariedade dos salários, trabalhos “informais” e aumento de desemprego, tornando a mesma um processo heterogêneo.

---

não só pela ruptura com o mercado de trabalho, mas por rupturas familiares, afetivas e de amizade.” ( COSTA, 200, p. 10)

<sup>16</sup> Produz lucro, isto é, capacita o capitalista a extrair dos trabalhadores determinado quantum de trabalho não-pago, mais-produto e mais-valia, e apropriar-se dele. Assim adquire, além do valor de uso que possui como dinheiro, um valor de uso adicional, a saber, o de funcionar como capital. Seu valor de uso consiste aqui justamente no lucro que, uma vez transformado em capital, produz. Nessa qualidade de capital possível, de meio para a produção de lucro, torna-se mercadoria, mas uma mercadoria sui generis. Ou, o que dá no mesmo, o capital enquanto capital se torna mercadoria. (MARX, 1988c, p. 241)

No que se refere à exclusão social, esta como já mencionado acima, não é um fenômeno novo, uma vez que o modo de produção capitalista é excludente, assim.

Lavinias ressalta que:

Considerar o fenômeno da exclusão implica considerar, também, aspectos subjetivos que mobilizam sentimentos de rejeição, perda de identidade, falência dos laços comunitários e sociais, resultando numa retração das redes de sociabilidade, com quebra dos mecanismos de solidariedade e reciprocidade. (LAVINAS 2003, p. 18).

Diante disso, a exclusão se solidifica pelo empobrecimento da relação com a sociedade e da solidariedade, se remetendo a uma falha do ser vulnerabilizado<sup>17</sup>, assim a globalização econômica está ligada diretamente a exclusão social, uma vez que o desenvolvimento tecnológico não consegue atingir toda a camada da população de forma democrática, facilitando o acúmulo de riqueza para uns e dificultando para outros.

Para Marx “a mercadoria (fruto do trabalho) não é produzida de acordo com os carecimentos humanos, mas sim pela necessidade do mercado, pela necessidade da acumulação capitalista” (MARX, 1982), entretanto, a mesma possui diversas interpretações, sendo relativamente cultural histórica e gradual, podendo se afirmar que, a pobreza e exclusão social são sinônimos, no qual uma situação

---

<sup>17</sup> O termo vulnerabilidade carrega em si a idéia de procurar compreender primeiramente todo um conjunto de elementos que caracterizam as condições de vida e as possibilidades de uma pessoa ou de um grupo – a rede de serviços disponíveis, como escolas e unidades de saúde, os programas de cultura, lazer e de formação profissional, ou seja, as ações do Estado que promovem justiça e cidadania entre eles – e avaliar em que medida essas pessoas têm acesso a tudo isso. Ele representa, portanto, não apenas uma nova forma de expressar um velho problema, mas principalmente uma busca para acabar com velhos preconceitos e permitir a construção de uma nova mentalidade, uma nova maneira de perceber e tratar os grupos sociais e avaliar suas condições de vida, de proteção social e de segurança. É uma busca por mudança no modo de encarar as populações-alvo dos programas sociais. (ADORNO, 2001, p.12).

instiga a outra, uma vez que uma pessoa denominada pobre, com hábitos modestos atrai olhares repulsivos, o que o torna excluído.

Portanto, o fato é que, a igualdade capitalista (esta se existir) não foi, e nem será capaz de acabar com a exclusão, uma vez que é claro que o emprego é discordante com o processo de acumulação de capital, tornando o problema da globalização do emprego a primeira universal manifestação desta exclusão. Vale salientar também aqui que, devido à dependência econômica dos países mais pobres para com os países mais ricos e a integração econômica mundial, sempre acompanhar a globalização, os países subdesenvolvidos, não conseguem oferecer, infraestrutura, moradia e educação para a maior parte da população o que contribui para a ativação da exclusão social.

Conforme Anderson, Gil 1995, Unrisd 1995, Luttwak 1996 apud Gomez:

As consequências negativas que decorrem da globalização são hoje amplamente reconhecidas, indo desde o aumento do fenômeno da exclusão social e espacial, passando pela brutal concentração da renda, o achatamento salarial, o desemprego estrutural, a flexibilização dos direitos sociais e o sentimento generalizado de insegurança no trabalho, o debilitamento das antigas identidades e formas de solidariedade de classe, e chegando até o crescimento das correntes migratórias internacionais, a intensificação da degradação ambiental, o consumismo desenfreado e o fundamentalismo reativo de afirmação da identidade dos não-incluídos. (ANDERSON, 1994; GIL, 1995; UNRISD, 1995; LUTTWAK 1996; APUD GÓMEZ, 2002, P. L54-155).

A burguesia por sua vez, internacionalizada dos diversos países se une, contribuindo assim para a reprodução da dominação, e dos problemas decorrentes da exclusão social, fome, desemprego, flexibilização dos direitos sociais, entre outros, contudo, mediante a tal realidade, surgem muitos movimentos que passam a reivindicar a inclusão das classes sociais menos favorecidas, e que o conhecimento e de bens de consumo não sejam direito de poucos, sendo o fórum Social Mundial o principal movimento contra as desigualdades sociais advindas da globalização.

No que se refere ao FSM Teivanen salienta que:

Fórum Social Mundial não é referido apenas como um tipo de evento ou série de encontros intermitentes, mas também como uma atividade contínua, em que pessoas e grupos se encontram permanentemente engajados. É muito comum ainda, embora seja amplamente rechaçada a definição do FSM como um "ator político", que diversos autores escrevam sobre o Fórum como um verdadeiro sujeito, dotado de corpo, alma, e vontade – "o Fórum opta", "o Fórum precisa. (TEIVANEN, 2009, p. 94).

Sendo assim o FSM constitui-se um espaço aberto para reflexões e debate democrático, o mesmo reúne ONGs, movimentos sociais e outras associações, que tem em comum a oposição ao neoliberalismo, onde se articulam lutas sociais de âmbito local, nacional, ou global, contra todas as formas de exclusão incididas da globalização. Por fim vale salientar que a globalização, produz uma célere evolução científica e tecnológica, no entanto a mesma através de sua dominação efetiva leva maior parte da população mundial a viver uma situação exploração e exclusão social sendo necessário que se construa um modelo alternativo de sociedade, que contribua para a igualdade acessibilidade aos direitos dos cidadãos.

### **1.3 – A família brasileira e suas transformações na cena contemporânea**

A família <sup>18</sup> brasileira tem passado por muitas mudanças, seguindo os acontecimentos históricos, econômicos, sociais e demográficos, ocorrido ao longo do último século.

Samara destaca que, “O debate recente em torno do tema família e as polêmicas que vêm despertando na sociedade atual fazem com que o interesse pela família como objeto de investigação, aumente cada vez mais” (SAMARA, 1987, p.25). Assim, segundo Ferrari e Kaloustian “a família desempenha papel decisivo na educação formal e informal” (FERRARI E KALOUSTIAN, 1994, p. 11). É no âmbito

---

<sup>18</sup> Vem considerada como sendo um “grupo social no qual os membros coabitam unidos por uma complexidade muito ampla de relações interpessoais, com uma residência comum, colaboração econômica e no âmbito deste grupo existe a função da reprodução. (BELTRÃO, 1989: 17)

familiar que se aprende os valores éticos e humanitários, estreitando-se os laços de solidariedade, construindo marcas entre gerações e se aprendendo os valores culturais, formando uma relação onde os indivíduos se relacionam e trocam experiências, uma vez que ela ao mesmo tempo é um espaço de grandes conflitos, logo, é na família que os filhos e demais membros encontram o espaço que lhes garantem a sobrevivência.

Como afirma Oliveira:

A família transforma-se no sentido de que se acentuam as relações de sentimentos entre os membros do grupo: valorizam-se as funções afetivas da família, que se torna o refúgio privilegiado das pessoas contra a agitação da vida nas grandes cidades e das pressões econômicas e sociais. É o fenômeno social da família conjugal, ou nuclear ou de procriação, onde o que mais conta, portanto, é a intensidade das relações pessoais de seus membros. (OLIVEIRA, 2002, p. 13).

É imprescindível levar em conta, que cada família possui sua especificidade, seu modo de se organizar e se relacionar, sendo assim não se deve ter um enquadramento de família determinando um modelo familiar, ou condenar o mesmo por ser configuração familiar diferenciada, e é nela que se inicia a história de cada um, a construção de significados, aprendizagem afetiva, o reconhecimento da identidade individual e coletiva, processo de socialização e desenvolvimento humano, representando a responsabilidade de uma geração no cuidado e preparação para a outra.

Segundo Bruschini:

A família é também um grupo social composto de indivíduos diferenciados por sexo e por idade, que se relacionam cotidianamente, gerando uma complexa e dinâmica trama de emoções, ela não é uma soma de indivíduos, mas um conjunto vivo, contraditório e cambiante de pessoas com sua própria individualidade e personalidade. (BRUSCHINI 1993, p.77)

Sendo assim ao se falar de família, entende-se que a mesma é vista como um produto da sociedade contemporânea uma vez que a globalização e o modo de vida capitalista vêm interferindo na dinâmica social familiar, trazendo alterações no seu modelo habitual de organização. Ressalta-se assim que tais transformações se tornaram mais evidentes a partir da Revolução Industrial, sendo que a família passa ser o centro da produção e reprodução social que avigora o modo de produção capitalista, antes da industrialização, a mulher deveria ser obediente ao esposo além de ser também a responsável pela organização da casa e educação dos filhos, e ao homem cabia o dever de sustentar essa família, ou seja, os homens eram designados a produção e as mulheres a reprodução (um para o trabalho assalariado e outro para o trabalho doméstico). Neste sentido, a família deveria se enquadrar no padrão “Propaganda Margarina”<sup>19</sup>, pai, mãe e filhos, onde cada um tinha a sua função definida.

A agricultura era o ponto fundamental da economia, onde os filhos do sexo masculino, já aprendiam cuidar das lavouras na infância, porém, após a Revolução Industrial, as famílias saem do campo e vão para os Centros urbanos, a procura de emprego, entretanto os salários pagos pelas indústrias, não eram suficientes para o homem manter o sustento de sua família, o que levou a mulheres e as crianças a irem trabalhar também, dando início a exploração de mão-de-obra barata e o trabalho infantil, compreendendo neste contexto que as transformações sociais familiares vem acontecendo gradativamente, surgindo novos arranjos familiares.

Kaslow apud Szymanski menciona a existência de nove tipos de arranjos familiares:

Família Nuclear: incluindo duas gerações, com filhos biológicos; famílias extensas, incluindo três ou quatro gerações; famílias adotivas temporárias (Foster); famílias adotivas, que podem ser bi-

---

<sup>19</sup> O humor se caracteriza justamente pela procura de inversões, pela alteração daquilo que está estabelecido. Mediante essa colocação é pertinente ressaltarmos o fato de que em propagandas que trazem uma família composta pelo pai, mãe e seus filhos, a concebida família tradicional, suas relações são sempre embasadas na felicidade, tudo em confluência com um padrão hegemônico de estrutura e de relações prazerosas, nunca conflituosas. (POSSENTI; p. 353 a 392)

raciais ou multiculturais; casais; famílias monoparentais, chefiadas por pai ou mãe; casais homossexuais com ou sem crianças; famílias reconstituídas depois do divórcio; várias pessoas vivendo juntas, sem laços legais, mas com forte compromisso mútuo. (KASLOW apud SZYMANSKI, 2002, p.10)

Ou seja, a família nuclear é composta por pai, mãe e filhos, o que não impede que avós ou outros parentes morem nesta mesma casa, enquanto a família extensa normalmente é composta por avós, tios, primos entre outros. A família adotiva ou temporal se refere a uma pessoa ou uma família selecionada pela instituição referente que acolhe uma criança ou jovem que está em situação de perigo e que tenha sua situação de parentesco desconhecida, a família monoparental por sua vez é composta por apenas um dos progenitores: pai ou mãe, por motivos diversos como, divórcio, morte, abandono. Todavia, os casais homossexuais também são considerados um tipo de família, a qual, à luz do art. 226, § 3º, CF/88, ancora a possibilidade de reconhecimento da união homoafetiva como uma família, vale destacar também que a Família biparental, é composta tanto por casais heterossexuais como homossexuais, nesse modelo de família os casais dividem todas as funções, e quando decidem ter filhos ambos se empenham a cuidar dos mesmos.

Assim, Martins e Mello afirmam que:

Considera-se esse tipo de família mais estruturado que a família monoparental, já que possui a figura de duas pessoas (homem e mulher) como base sustentadora da família. Os companheiros podem ou não gerar filhos, mas em conjunto formam patrimônio e, em decorrência dessa união, também contraem direitos e deveres como, por exemplo, o de respeito mútuo. Ambos estão em paridade no tocante ao sustento e manutenção dessa família, com iguais direitos e deveres. (MARTINS e MELLO, 2009, p.09).

No que se refere à família eudemonista, a autora Dias, assevera que:

Surgiu um novo nome para essa tendência de identificar a família pelo seu envolvimento efetivo: família eudemonista, que busca a felicidade individual vivendo um processo de emancipação de seus membros. O eudemonismo é a doutrina que enfatiza o sentido de busca pelo sujeito de sua felicidade. A absorção do princípio eudemonista pelo ordenamento altera o sentido da proteção jurídica da família, deslocando-o da instituição para o sujeito, como se infere da primeira parte do § 8º do art. 226 da CF: o Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos componentes que a integram. (DIAS, 2007, p.52-53)

Assim, percebe-se que a sociedade contemporânea é constituída por diferentes arranjos familiares dentre esses novos arranjos familiares, vale elencar também a família pluriparental, no qual Dias refere-se a:

A especificidade decorre da peculiar organização do núcleo, reconstruído por casais onde um ou ambos são egressos de casamentos ou uniões anteriores. Eles trazem para a nova família seus filhos e, muitas vezes, têm filhos em comum. É a clássica expressão: os meus, os teus, os nossos... (DIAS, 2007, p.47)

Sendo assim, independente de seu modelo, sempre que preservado suas funções, a família é vista, como um lugar de amparo, e de estabelecimento de vínculos.

A autora Vila destaca que recentemente as famílias são formadas por diversas estruturas:

Famílias formadas por casais que já tiveram outros casamentos, pessoas que vivem sós, pais com filhos adotivos, mãe solteiras com seus filhos, casais que não possuem filhos, entre outros. Ainda temos as famílias que são uma espécie de retrato do momento atual em que vivemos e de todas as transformações contemporâneas: casais homossexuais - com ou sem casamento e às vezes adoção de crianças -; e núcleos familiares formados por casais que têm seus filhos através de inseminação artificial, doador de esperma, ou mesmo barriga de aluguel. Ainda temos as situações familiares ditas temporárias que em boa parte dos lares acabam por se configurar permanentes como é o caso dos casais que coabitam durante algum tempo juntos e somente legalizam suas relações após o nascimento do primeiro filho. (VILLA, 2008)

Nesse contexto vale salientar que a família nuclear aos poucos, deixa de ser dominante, surgindo assim novos modelos familiares, esses novos modelos, portanto, se deu a partir do Movimento Feminista<sup>20</sup> na década de 60 (sessenta) nos Estados Unidos e se espalhou nos países do ocidente, com objetivo de buscar a emancipação e conquista dos direitos civis. Assim, a inserção da mulher no mercado de trabalho, ocasionou grandes impactos na estrutura familiar, para Bilac apud Carvalho “essa modificação na família contemporânea se apresenta devido a nova condição feminina, as mudanças de papéis, proporcionando assim os reflexos a respeito dos serviços do lar” (CARVALHO,1997). Portanto com tais mudanças os pais vêem a necessidade de dividir a responsabilidade do lar e a educação dos filhos.

Porém segundo Wagner:

A necessidade de analisar e compreender a coexistência dos aspectos modernos e tradicionais nas famílias contemporâneas nos últimos 15 anos, revelou um considerável aumento no número de pesquisas sobre a divisão de gênero<sup>21</sup> nessas atividades domésticas. Pesquisadores do Brasil e dos Estados Unidos têm constatado que a divisão das tarefas domésticas ainda tende a seguir padrões relativamente tradicionais. Mesmo nas casas onde as mulheres têm um ganho financeiro maior do que os maridos, ou mesmo naquelas onde os maridos estão desempregados, elas realizam uma

---

<sup>20</sup> O feminismo se constrói [...] a partir das resistências, derrotas e conquistas que compõem a História da Mulher e se coloca como um movimento vivo, cujas lutas e estratégias estão em permanente processo de re-criação. Na busca da superação das relações hierárquicas entre homens e mulheres, alinha-se a todos os movimentos que lutam contra a discriminação em suas diferentes formas. (ALVES, 1983, p. 74).

<sup>21</sup> Gênero se refere ao conjunto de relações, atributos, papéis, crenças e atitudes que definem o que significa ser mulher ou homem na vida social. Na maioria das sociedades as relações de gênero são desiguais e desequilibradas no que se refere ao poder atribuído a mulheres e homens. As relações de gênero, quando desiguais, tendem a aprofundar outras desigualdades sociais e a discriminação de classe, raça, casta, idade, orientação sexual, etnia, deficiência, língua ou religião, dentre outras. Os desequilíbrios de gênero se refletem nas leis, políticas e práticas sociais, assim como nas identidades, atitudes e comportamentos das pessoas. Os atributos e papéis relacionados ao gênero não são determinados pelo sexo biológico. Eles são construídos histórica e socialmente e podem ser transformados. (HERA, 1998)

quantidade muito maior de atividades no trabalho doméstico que eles. (WAGNER, et. al., 2005: 182)

Nesse contexto mesmo com essa nova realidade da mulher no mercado de trabalho a mesma apresenta responsabilidades antigas, muitas das vezes o trabalho do homem não é visto como responsabilidade no lar mais sim como uma ajuda. Devido a toda essa mudança há uma divisão de tarefas domésticas e financeiras, e cada vez mais a mulher vem assumindo o sustento da família.

Vale destacar também que de acordo com o momento histórico a família vem sofrendo transformações, o que se dá pela inserção da mulher no trabalho, nos novos papéis de gênero entre outros. Nota-se, portanto, que existe um grande número de mulheres como chefes de família, sendo assim a mesma se sujeita a trabalhos precarizados, temporários, desregulamentados vivendo em situação de risco, vulnerabilidade social e econômica. Pode-se afirmar que também ocorreram transformações no contexto familiar, no que se refere aos valores e representações simbólicas através da tolerância da sociedade com as uniões informais, filhos nascidos fora do casamento, aceitação de divórcio, a mudanças nos papéis dos membros das famílias, como por exemplo, a entrada da mulher no mercado de trabalho, assim, o fato de as mulheres brasileiras, tornarem-se contribuintes e parceiras no orçamento doméstico, tem-lhe conferido uma nova posição na estrutura familiar e alterado os vínculos que as unem ao marido e aos filhos, invertendo assim nos papéis no núcleo familiar, surgindo com isto a família monoparental.

Conforme afirma Netto:

O fenômeno enquanto tal, nada tem de enigmático: as transformações societárias, reconfigurando as necessidades sociais dadas e criando novas, ao metamorfosear a produção e a reprodução da sociedade, atingem diretamente a divisão sócio-técnica do trabalho, envolvendo modificações em todos os seus níveis. (NETTO, 1996, p.26)

Com isso, uma nova divisão de trabalho é estabelecida, não apenas entre homens e mulheres, mas também entre jovens e adultos, alterando as relações de

poder interfamiliar; mediante a esses novos arranjos surge um aumento no caso de divórcio, mudando a estrutura familiar, onde os filhos convivem com seus meios irmãos, e devido a essas mudanças é colocada uma nova conceitualização de família.

Como afirma Roudinesco:

[...] De agora em diante esta não será mais vista apenas como uma estrutura de parentesco que restaura a autoridade derrotada do pai, ou sintetizando a passagem da natureza à cultura através dos interditos e das funções simbólicas, mas como um lugar de poder descentralizado e de múltiplas aparências. Em lugar de uma definição de uma essência espiritual, biológica ou antropológica de família, fundada no gênero e no sexo ou nas leis de parentesco, e em lugar daquela existencial, induzida pelo mito edipiano, foi instituída outra, horizontal e múltipla, inventada pelo individualismo moderno (...) esta família se assemelha a uma tribo insólita, a uma rede assexuada, fraterna, sem hierarquia nem autoridade, e na qual cada um se sente autônomo ou funcionalizado. (ROUDINESCO, 2003, p. 155).

Diante do exposto, pode-se afirmar assim que devido a essas transformações que vem ocorrendo ao longo dos anos o conceito da família se modifica até no que se refere à educação dos filhos, dificultando os contornos que delimitam a família, atualmente o conhecimento de família em um sentido amplo, tem ligações por vínculo sanguíneo, porém as transformações ocorridas em seu âmbito muitas das vezes geram conflitos com a sociedade, necessitando assim das intervenções do Serviço Social.

Segundo Simões “A proteção social tem caráter preventivo, buscando sua inclusão social, com o objetivo de assegurar direitos e propiciar-lhe a autonomia da convivência” (SIMÕES, 2007, p.105). Portanto, hoje a família tem características harmônicas, mas que às vezes se tornam contraditórias, exigindo assim profissionais capacitados para intervir nas variadas situações, no qual surgem novos arranjos a cada dia, mostrando que a família vem se adaptando as demandas da contemporaneidade.

### 1.3.1 - A mulher na sociedade capitalista brasileira

No lapso do desenvolvimento da humanidade, o homem modificou a natureza conforme sua necessidade, iniciando com a caça, pesca, até chegar a criação de sua vestimenta.

Segundo Aníbal:

Na comunidade primitiva, a direção da economia doméstica, era entregue às mulheres, as crianças acompanhavam os adultos em todos os seus trabalhos, ajudavam-nos na medida de suas forças e, como recompensa, recebiam uma porção de alimentos como qualquer outro membro da sociedade. (ANÍBAL, 1986)

A mulher, na comunidade primitiva, tinha um papel igual a dos homens, não sendo vista apenas como reprodutora, não existindo também diferenças de classes sociais; porém, uma vez que, antes com o falecimento de um homem chefe de família, a herança ficaria para a mãe a fim de cuidar dos filhos, logo, com o passar do tempo, os filhos do homem falecido perderam o direito a herança e a mesma começou a ser deixada a seus irmãos, ficando assim a esposa e os filhos desamparados, determinando, portanto a opressão e a exploração da mulher na comunidade na medida em que as riquezas do sexo oposto iam aumentando, a esta altura, o homem já nascia aprendendo a levar vantagem no que diz respeito a diferença entre gênero, para Engels “dessa maneira, aconteceu o desmoronamento do direito materno, a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo” (ENGELS, 1884). Diante disso, a procriação da mulher passou a fazer com que ela seja vista com fragilidade, onde se iniciou assim a divisão do trabalho.

Mais adiante, no período colonial a mulher era vista como propriedade do pai, onde era o mesmo que arranjava o casamento da filha, assim, Saffioti afirma que “nessa sociedade, a mulher estava destinada ao casamento e a única possibilidade disponível para fugir do domínio do pai ou do marido era a reclusão em um convento” (SAFFIOTI, 1979, p.179). Logo, após o casamento, a mulher se tornava propriedade do esposo, a mesma teria que lavar cozinhar, cuidar do esposo, e dos filhos, não sabia ler nem escrever, sendo sempre submissa.

No qual Faria destaca que:

Nos livros didáticos as famílias são sempre brancas, o pai tem um emprego fora de casa e a mãe aparece sempre de avental, servindo a mesa ou costurando. O menino está sempre brincando de caminhãozinho ou bola e a menina está sempre com uma boneca, olhando o irmãozinho brincar de coisas mais interessantes (FARIA; NOBRE, 1997, p. 26-27).

Assim, essa determinação de papéis se aproxima e se relaciona com o sistema patriarcal, onde o ser dominante é o homem. Contudo, a necessária inserção da mulher no mercado de trabalho, se deu no início da I e II guerra mundial, onde os homens eram convocados a ingressar nas frentes de batalhas, e as mulheres, passaram a cuidar dos negócios das famílias, no entanto seus trabalhos não tinham valor e eram menosprezados pela sociedade. Todavia, ao final da guerra, muitos homens haviam morrido, e dos que sobreviveram muitos estavam mutilados, ficando assim impossibilitados de trabalhar.

Como afirma Baltar e Leone:

Ao final das guerras, o resultado, tinha modificado a paisagem e a estrutura das sociedades mundiais, pois, com o regresso dos homens que lutaram pelo país, onde muitos dos que sobreviveram ao conflito foram mutilados e impossibilitados de voltar ao trabalho, outros ficaram com problemas psicológicos, e muitos outros foram excluídos da vida social das comunidades, entre outras coisas, resultando num novo tipo de sentimento e atitude por parte das mulheres. Nesse momento é que as mulheres novamente deixaram as casas e os filhos para levar para frente os projetos e os trabalhos realizados pelos maridos. (BALTAR e LEONE, 2008).

Por conseguinte, as mulheres começaram a adentrar do mercado de trabalho informal, iniciando sua produção, surgindo assim lentamente alguns benefícios, apesar de poucos, porém se tratava do início de uma grande conquista, de acordo com Nascimento “a elas não era reconhecido o direito ao trabalho, tampouco a

salários, estes, quando eram pagos, eram inferiores ao dos homens” (NASCIMENTO, 2008, p.01).

Em contrapartida, o advento da Revolução Industrial que ocorreu na Europa nos séculos XVIII e XIX, se configurou em um conjunto de mudanças, no qual a principal foi a substituição do trabalho artesanal pelo assalariado com o uso das máquinas.

Segundo Seixas:

Com a Revolução Industrial, surgem as máquinas que tornam possível a fabricação de bens de consumo, as novas relações que serão estabelecidas a partir deste contexto alterará o modo de produção, as relações do homem com o seu trabalho, com a natureza, e conseqüentemente com os outros e consigo mesmo. (SEIXAS, 1998).

Devido à grande necessidade de trabalho das mulheres para se sustentar, uma vez que muitos trabalhadores perderam seu emprego devido à substituição por máquinas, ou por mão-de-obra barata, a mulher se submete a receber esses precários salários, assumindo assim uma tripla tarefa, trabalhar fora, cuidar da casa, dos filhos e do marido, tendo assim que se desdobrar para dar conta de todas as atividades a ela atribuída.

No final do século XIX, iniciou-se as primeiras organizações das mulheres pelo direito a educação e ao voto, no decorrer do tempo os intelectuais iam rompendo com o pensamento tradicional, e a classe média conclamava mais representação política e as mulheres queriam votar e serem votadas. Portanto, com o sepultamento da Republica Velha dirigida por Getulio Vargas, foi aberto assim espaço a conquista das mulheres pelo direito ao voto pelo decreto 21.076, de 24/02/1932, assinado pelo então presidente. Contudo também no século XIX, mais precisamente na década de 70, surgiu o movimento Feminista, onde as mulheres começam, a buscar sua autonomia, sua liberdade de expressão e a questionar de fato seu papel na sociedade, com intuito de não mais depender dos homens.

Conforme Giuzmán:

(...) As resistências que dificultaram e dificultam ainda a construção social da equidade de gênero como princípio organizador da democracia têm várias causas. Algumas resultam da inércia dos sistemas cognitivos e de valores. Outras estão relacionadas à rejeição dos homens a ver afetados seus interesses pela concorrência das mulheres nos espaços públicos associadas ao medo gerado pelas mudanças de identidade do outro ao questionar a própria identidade e à incerteza quanto ao próprio sentido e consequências das transformações em curso. (GIUZMÁN: 2008, p.68)

Contudo, para Muraro “apesar de tantas dificuldades as mulheres conquistaram um espaço de respeito dentro da sociedade” (MURARO, 1993). No entanto, o seu trato ainda não é de igualdade de gênero a mulher ainda é atribuído dupla jornada, mesmo que muitos valores estejam mudando, portanto, a maternidade é um dos grandes motivos da dificuldade de contratação de mulheres, mesmo como o surgimento da Lei n.º 9.029, de 13 de abril de 1995, que proíbe qualquer prática discriminatória no que se refere a trabalho, por motivo de sexo, raça, estado civil entre outros... Logo, em 24 de novembro de 2003, foi aprovada a Lei no 10.778, onde inclui o assédio sexual no âmbito de trabalho como uma violência contra a mulher, sendo este uma conquista importante. Pode-se dizer também que este movimento feminista trouxe muitos resultados além de alguns direitos trabalhistas, conquistas sociais e políticas.

Vale ressaltar também a importância da criação da lei Maria da Penha, que veio com intuito de coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, além de prevenir, punir e erradicar esta violência; nos termos da lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 no § 8º do art. 226 da Constituição Federal.

Em razão do avanço e crescimento da industrialização no Brasil, ocorreram grandes transformações na estrutura produtiva, no qual o contínuo processo de urbanização e a redução das taxas de fecundidade nas famílias proporcionou a inclusão da mulher no mercado de trabalho, porém, são diversas as desigualdades existentes na sociedade brasileira, uma das mais evidentes é como já mencionada, a relação de gênero, onde a mulher ainda se encontra prejudicada. No entanto, o perfil das mulheres nos dias atuais se difere bastante do perfil que surgiu desde os

primórdios, uma vez que hoje considera-se trabalhar fora uma conquista recente do sexo feminino, onde a mesma tem a possibilidade de ganhar seu próprio salário e conquistar sua independência, desta maneira verifica-se grande mudança na dinâmica familiar.

Del Priore destaca que:

A presença de famílias compostas por um dos membros adultos e filhos, em maior proporção mães e filhos, vêm levando demógrafos e sociólogos a criarem termos para nomearem esse tipo de família. Assim, são chamadas de famílias quebradas ou reconstituídas. Estudos demográficos, no Brasil colonial, nos mostram que as famílias chefiadas por mulheres não representam, necessariamente, uma invenção da história brasileira contemporânea. (DEL PRIORE, 1994).

Assim, as famílias chefiadas por mulheres estão cada vez mais freqüentes, no entanto para Vitale, afirma que “a mulher chefe de família monoparental, enfrenta jornadas árduas de trabalho extra e intrafamiliar” (VITALE, 2002). Logo, a vulnerabilidade e fragilidade se unem num contexto de dificuldade sócio econômico.

Ao longo de sua história, a mulher vem buscando sua emancipação a fim de conquistar seu espaço, mesmo mediante a uma sociedade capitalista, paternalista e preconceituosa é notória as conquistas e evolução da mesma. É relevante ressaltar também que com a inserção da mulher no mercado de trabalho, a mesma consegue alargar novos horizontes, assumindo vários papéis.

No qual Barsted conclui que:

(...) A Constituição Federal brasileira de 1988 está em sintonia com os tratados, convenções e declarações das Nações Unidas ao reconhecer a igualdade entre homens e mulheres na vida pública e privada. Esse reconhecimento tem repercussões importantes no direito de nosso país, particularmente, no direito civil. Até 1988, o Código Civil orientava todos os seus artigos relativos à família marcando a superioridade do homem em relação à mulher, seja na parte geral, no capítulo específico sobre família ou na parte relativa ao direito das sucessões.(BARSTED, LEILA LINHARES; 1999; p.12.)

Em consequência disto, as conquistas alcançadas pelas mulheres se tornou ainda mais atingível com a eleição da presidente Dilma Roussef em 2010, além do mais, as mulheres começaram a exercer cada vez mais atividades remuneradas conquistando gradativamente um maior espaço na sociedade, tanto no que diz respeito a opções de trabalho, como no esporte, na mídia, nas faculdades, entre outros, podendo perceber que as indústrias estão cada vez mais investindo em produtos para as mesmas uma vez que o público feminino é o novo protagonista desse Brasil que cresce e consome mais a cada ano.

## **CAPÍTULO II – A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A CENTRALIDADE FAMILIAR: A MULHER NA SOCIEDADE CAPITALISTA BRASILEIRA.**

### **2.1 - Política de assistência social no Brasil: a família como pilar do modelo protetivo.**

Partindo do pressuposto que a organização familiar emerge da efetivação do modo de produção capitalista, nesse contexto ocorre à separação de tarefas domésticas e laborais entre homem e mulher. O homem é automaticamente responsável por prover a família, exercendo funções de líder, protetor e provedor, já para a mulher é designado o papel de cuidadora do lar e dos filhos. A família era vista como proteção social inerente à participação no mercado, uma vez que exerce compra de bens e serviços fundamentais para prover o sustento familiar. Assim, o mercado se preocupa em oferecer subsidio apenas para os empregados, deixando sua pratica de provedor do bem-estar-social.

A sociedade por longos e decorrentes anos discriminou mulheres, crianças e idosos, visto que o trabalho doméstico era caracterizado como trabalho não produtivo.

De acordo com Santana:

[...] A esfera privada de trabalho, que em grande maioria é exercido por mulheres, é caracterizada como trabalho não produtivo, ou seja, não criador de valor. Assim, esse trabalho se torna “desconhecido” frente à sociedade e frente aos companheiros dessas mulheres que não reconhecem o trabalho doméstico. (SANTANA, 2006)

Não obstante, a prática da assistência social está presente a muitos anos, sob o prisma da ajuda e benevolência aos pobres e incapazes. O serviço social tem suas origens enraizadas na Igreja Católica, no qual buscava preparar a grande massa operária para o capitalismo industrial, por outro lado, em sua origem, tinha o papel imprescindível de corrigir os abusos e apaziguar as rebeliões no intuito de aliviar o sofrimento e melhorar a situação de milhares de seres humanos. Para tanto, o profissional é conclamado a auxiliar na articulação da harmonia da relação

Estado/sociedade, devido ao processo de expansão e consolidação do modo de produção capitalista, e com as crises políticas, sociais e econômicas.

Martineli afirma que:

[...] A origem do Serviço Social como profissão tem, pois, a marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis que a ele estão subjacente – alienação, contradição, antagonismo, pois foi nesse vasto caudal que ele foi engendrado e desenvolvido. (MARTINELI p. 66, 2005)

A Constituição Federal de 1988 é considerada um divisor de águas no campo dos direitos e amparo à família, consubstanciados entre os artigos 226 a 230, conforme salientado a nova ordem constitucional será conduzida a viabilizar os direitos sociais como um de seus principais valores. Após a Constituição Federal, os modelos protetivo das políticas sociais trazem em seus arranjos a centralidade do bojo familiar. Segundo Pereira “a instituição familiar sempre fez parte integral dos arranjos de proteção social” (PEREIRA, 2006).

Mota afirma que:

Somente com a Constituição de 1988 a sociedade brasileira teve, em tese, as suas necessidades de proteção reconhecidas pelo Estado através da instituição de um sistema público de proteção social (integrado pelas políticas de saúde, previdência e assistência social); contudo, mal foram regulamentadas, essas políticas passaram a ser objeto de uma ofensiva perversa e conservadora, materializada em propostas e iniciativas de reformas restritivas de direitos, serviços e benefícios. (MOTA, p. 166, 2006)

A assistência social passa a ser um direito do cidadão e dever do Estado, e não algo filantrópico, ou um favor, no qual a Constituição Federal garantiu a universalidade da cobertura e do atendimento, a uniformidade dos benefícios, reconhecendo a assistência social como política social que, junto com as políticas de saúde e a previdência social, integram o sistema de seguridade social brasileiro.

Pereira assevera que “a partir dos anos de 1990, com a adoção de políticas neoliberais, a novidade no campo da proteção social foi à introdução da parceria entre Estado, mercado e sociedade” (PEREIRA, 2008, p.39). Os então esquemas pluralistas de bem-estar, os quais contam com o voluntarismo e o solidarismo que envolvem a família e sua rede sociabilidade.

De acordo com Draibe:

[...] A ampliação e extensão dos direitos sociais; a concepção de seguridade social como forma mais abrangente de proteção; um certo afrouxamento do vínculo contributivo como princípio estruturante do sistema; a universalização do acesso e a expansão da cobertura; a recuperação e redefinição de patamares mínimos dos valores dos benefícios sociais; maior comprometimento do Estado com o sistema, projetando um maior grau de provisão estatal pública de bens e serviços sociais. (DRAIBE, p.7 2003)

A partir do referido marco legal, a Seguridade Social passou a ser constituída pela Previdência Social, Saúde e Assistência Social. Conforme consta a Constituição Federal de 1988 em seu Artigo 194, “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. Nesse contexto a Seguridade Social corresponde a um sistema de Proteção que ampara a sociedade e preconiza a garantia de viabilização de direitos que abarcam a Saúde a todos independente de contribuição ou não, Assistência Social a quem dela necessitar e Previdência de forma contributiva, com vista suprir as necessidades básicas da sociedade.

Neto afirma que:

[...] Como componente da seguridade social, a assistência social é medida legal e legítima que visa oferecer segurança social aos cidadãos não cobertos (ou precariamente cobertos) pelo lado contributivo da seguridade social. A assistência social visa livrar esses cidadãos não só dos infortúnios do presente, mas também das incertezas do amanhã, protegendo-os das adversidades causadas

por enfermidades, velhice, abandono, desemprego, desagregação familiar, exclusão social. (NETO, 1997, p. 25)

Em 7 de dezembro de 1993 foi aprovada a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, que vem regulamentar o disposto nos arts. 203 e 204 da Constituição Federal. Em 42 artigos, a referida Lei dispõe sobre a organização da assistência social, no que diz respeito, dentre outros assuntos, aos seus princípios e diretrizes, à forma de organização e gestão das ações, às competências das esferas de governo, ao caráter e composição das instâncias deliberativas; à instituição e competências do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), às competências do órgão nacional gestor da Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

A LOAS define a assistência social, em seu artigo 1º, como “direito do cidadão e dever do Estado, Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”.

Contudo, a LOAS, apresenta dois princípios importantes, sendo o princípio da descentralização e o da participação. A descentralização se refere na organização dos três níveis de governo (municipal, estadual e federal), com intuito de perpassar a esfacelamento no cumprimento de programas e projetos.

A primeira Norma Operacional Básica de Assistência Social (NOB) de 1997, disciplina o processo de descentralização político-administrativo nas três esferas federativas, no campo da assistência social (...), pretende tornar transparente os procedimentos que adotará para o repasse de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (...) com enfoque municipalista, comprometido com a construção de um Sistema de Proteção Social (NOB/1997, p. 05).

Em dezembro de 1998 é aprovada a Resolução CNAS nº 207, sendo a segunda NOB, marco fundamental na construção do Sistema Descentralizado e Participativo de Assistência Social, dispõe acerca do financiamento e critério de partilha de recursos federativos, define competências dos Conselhos e das Comissões Intergestoras. A NOB/98 determina que serão considerados os segmentos populacionais com renda familiar per capita de até meio (1/2) salário

mínimo, priorizando indivíduos e segmentos populacionais em condições de vulnerabilidade.

Em 2004, é aprovada a Política de Assistência Social (PNAS), que define um novo modelo de gestão, através da construção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é aprovada Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS), exigindo a qualificação dos seus serviços, programas, projetos e benefícios ofertados à sociedade, haja vista a centralidade do direito sócio-assistencial.

Conforme destacado na PNAS, as instruções da Assistência Social são a descentralização político-administrativa, no qual se dá a participação da população e a elevar a família como fator principal, para então realizar a implementação dos programas, serviços, projetos e benefícios.

De acordo com a PNAS: a - gestão proposta por esta Política se pauta no pacto federativo, no qual devem ser detalhadas as atribuições e competências dos três níveis de governo na provisão das ações sócio assistenciais, em conformidade com o preconizado na LOAS e NOB , a partir das indicações e deliberações das Conferências, dos Conselhos e das Comissões de Gestão Compartilhada (Comissões Intergestoras, Tripartite e Bipartites – CIT e CIB's), as quais se constituem em espaços de discussão, negociação e pactuação dos instrumentos de gestão e formas de operacionalização da Política de Assistência (Social PNAS, 2004:10)

Por conseguinte, no ano de 2005, é aprovada Resolução CNAS nº130 incorporando e aprimorando conquistas alcançadas em NOB's anteriores, essa Resolução dispõe alterações com objetivo de definir as bases operacionais para a implementação do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), denominada NOB-SUAS e NOB-RH. Em novembro de 2009 ouve a aprovação da Tipificação Nacional de Serviços sócio assistenciais onde a mesma foi de suma importância para a assistência social, no qual pode-se alcançar um novo grau de desenvolvimento, que por sua vez, instaurou uma divisão no que diz respeito a complexidade dos atendimento, reorganizando os mesmos por: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

A Resolução nº 33 foi aprovada em 12 de dezembro de 2012 e publicada em 03 de janeiro de 2013, a Norma Operacional Básica – NOB/SUAS 2012, um marco essencial na estruturação do Sistema Único da Assistência Social, caracterizado como um importante avanço no bojo da gestão e na oferta de serviços sócio-assistenciais. A NOB tem como princípio fundamental a participação e controle social. Em seu Art. 1º trata acerca das funções e organizações do SUAS, em seu Art. 2º aborda os objetivos, já no Art. 3º dispõe acerca dos princípios organizativos. Há o primordial princípio organizativo da “Integralidade da proteção social”, sendo a proteção sócio assistencial materializada e garantida pela oferta das provisões em sua completude, por meio de conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios. Ainda, o princípio da “Intersetorialidade” se faz presente na busca de integração e articulação da rede sócio assistencial com as demais políticas e órgãos setoriais, como os do Sistema de Garantia de Direitos.

Na proteção social básica encontra-se os serviços como o PAIF (Programa de Atenção Integral às famílias), o SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos) que são realizados nos espaços do CRAS (centros de Referência de Assistência Social) voltado a garantia da inclusão social, fortalecimento dos vínculos, de caráter preventivo. De acordo o MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate e Fome) o objetivo do SCFV é “prevenir as situações de risco social, ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos e incentivar a socialização e a convivência comunitária” (MDS, s/d). Sendo assim os trabalhos ofertados pelo CRAS, visa incitar, a família a participar da vida comunitária, inseri-la na sociedade como cidadão de direitos e deveres.

A Proteção Social Especial desenvolvida no âmbito do CREAS (Centro de Referência Especializada de Assistência Social) é direcionada a famílias e indivíduos que sofrem ou sofreram algum tipo de violação de direitos, e situações de alta vulnerabilidade seja ela social ou pessoal, encontrando também serviços como PAEFI (Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos). A proteção social especial de alta complexidade por sua vez, refere-se a serviços de acolhimento institucional como abrigo institucional, casa da passagem entre outros, no qual realizam serviço de acolhimento da família acolhedora. Em suma, é papel do

Estado garantir programas, projetos, benefícios e atendimentos para esses indivíduos, para que os mesmos não sejam culpabilizados pelas mazelas sofridas, vendo como única saída ir em busca de ações solidárias, além de que, se esta responsabilidade recair sobre o sexo feminino, reforçar-se-á a desigualdade de gênero.

De acordo com Woolf “a mulher tem que protagonizar e buscar seu espaço na sociedade tendo em vista o processo histórico de exclusão ao qual foi sujeita” (WOOLF, 2004). Em suma a análise do autor supracitado afirma que o poderio patriarcal bloqueou a expansão da mulher que acabou por ficar restrita ao “cuidar” familiar, neste contexto ressalta-se que a mulher deve desconstruir a idéia de que o homem é o sujeito singular da história. Nessa perspectiva afirma-se que a mulher detém estruturas de partilhar de condições dignas de igualdade em esferas sociais, entretanto configura em um desafio quebrar barreiras da desigualdade social existente na contemporaneidade. A luta pela igualdade de gênero denota grandes proporções nas diversas esferas da vida social no país, que acaba interferindo no desenvolvimento feminino enquanto pessoa humana e profissional apesar de condicionada a cultura patriarcal é necessário desconstruir e desmistificar a idéia de que é atribuição única e exclusivamente feminino servir, zelar e cuidar do lar e da família.

No que diz respeito à responsabilidade por parte do Estado, Acosta afirma que:

A proteção social, nesse âmbito é compreendida como o alcança de mínimos sociais de sobrevivência e inclusão, capaz de assegurar a seu público-alvo a superação de um patamar de vulnerabilidade que o mantém excluído dos mais elementares bens, serviços e redes socio-relacionais. (ACOSTA ET AL, 2007, p.141).

Portanto, devido ao fato das famílias viver um quadro de vulnerabilidade social, a matricialidade sócio familiar passa a ter centralidade no SUAS, deste modo a família deve ser incluída como o centro das políticas sociais, proferidas com outras políticas públicas com vistas a promover a emancipação do usuário, essa

centralidade presente no SUAS, traz em sua base, a concepção de que todas as outras necessidades e públicos da assistência social estão de alguma maneira, vinculados à família, quer seja no momento de utilização dos programas, projetos e serviços da Assistência, quer seja, no início do ciclo que gera a necessidade do indivíduo vir a ser alvo da atenção da política. “A família é o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social” (NOB/05, p. 17).

A questão social na contemporaneidade surge e aumenta em consonância com o desenvolvimento dos constantes processos de acumulação e surgimento de novos métodos de gestão do Estado, o agravamento das manifestações da questão social procede do crescimento de desemprego estrutural e de novas formas de miséria e vulnerabilidade social, sendo determinantes nas mudanças das formas de proteção social e de intervenção do Estado. Mioto destaca que “[...] este passou a se constituir como principal sujeito de regulação das relações entre economia e demandas sociais” (MIOTO, 2008, p. 45). Nessa perspectiva afirma-se que em cada época do desenvolvimento capitalista, a questão social sofre metamorfoses constituintes nas determinações próprias da exploração capitalista e de acordo com o modelo de produção desenvolvido nesse período. Vale ressaltar que as políticas sociais possuem duas discussões dissemelhante, a primeira aposta na matricialidade familiar, alocando esses indivíduos como sujeitos necessitados de proteção e cuidado, o segundo, entende que tal proteção está ligado aos cuidados a eles garantidos através dessas políticas oferecidas. Não obstante, a família está longe de se configurar como vazia de funções, mas sim, um pilar sobrecarregado de responsabilidades, negligência e vulnerabilidade, que aumenta cada vez ao passo que as políticas sociais se tornam inalcançáveis e/ou insuficientes.

Neste sentido, Carvalho aponta que:

A família brasileira tem exercido o papel de amortecedor da crise brasileira, pois, apesar dos baixos salários e da carência de serviços públicos, dentre outros fatores, ela tem viabilizado a reprodução social através da lógica da solidariedade e de práticas dos grupos domésticos que atuam “como unidades de formação de renda e

consumo, procurando maximizar os recursos à sua disposição. (CARVALHO e ALMEIDA, 2003, p.111).

Com este cenário social de agravamento das manifestações da questão social, clama-se cada vez mais por políticas sociais que consolidem em respostas sustentáveis aos problemas sociais, que favoreçam e apresentem condições dignas à família, não obstante, a efetivação destas políticas é caracterizada, complexas, contraditórias e desafiadoras, uma vez que é indispensável o envolvimento e cooperação de todos os órgãos federativos para sua implementação, além de enfrentar a perplexidade entre Estado x Família e tratar da gestão dos recursos e programas de forma a atender as famílias, e não a instituição.

## **2.2 – O perfil das usuárias inseridas na Casa da Mulher (pesquisa).**

A pesquisa<sup>22</sup> tem por objetivo apontar o perfil das usuárias inseridas na Casa da Mulher, no qual os dados serão coletados a partir de uma entrevista<sup>23</sup> estruturada e semi-estruturada de caráter quantitativa e qualitativa e por amostragem onde foi realizada a partir de um questionário<sup>24</sup>, entretanto vale ressaltar que as usuárias em questão foram escolhidas de forma aleatória.

Iamamoto explica que:

Uma aproximação, por meio da pesquisa criteriosa, às condições de vida e de trabalho das classes subalternas é um requisito indispensável para a efetivação daqueles valores e princípios

---

<sup>22</sup> Pesquisa é o conjunto de procedimentos sistemáticos, baseado no raciocínio lógico, que tem por objetivo encontrar soluções para problemas propostos, mediante a utilização de métodos científicos ( ANDRADE, 1995: 95)

<sup>23</sup> Processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado. (HAGUETTE, 1997, p. 86)

<sup>24</sup> Como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc... (GIL, 1999, p.128).

mencionados. Esta aproximação deve permitir captar interesses e necessidades em suas diversas maneiras de explicitação, englobando formas diferenciadas de organização e luta para fazer frente à pobreza e à exclusão econômica, social e cultural. Formas de lutas que passam por partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais organizados; mas que passam, também, por reivindicações em torno de melhorias parciais de vida, além do conjunto de expressões associativas e culturais que conformam o modo de viver e de pensar das classes e seus segmentos sociais. O desafio é captar os núcleos de contestação e resistência, as formas de imaginação e intervenção do cotidiano, de defesa da vida e da dignidade do trabalhador. (IAMAMOTO, 2000, p.126)

Para tanto, tal estudo se fez necessário devido às alunas pertencerem ao mesmo campo de estágio onde foi observado grande número de mulheres em situação de vulnerabilidade social inscritas nos cursos ofertados pela Casa da Mulher. A entrevista, segundo Lüdke e André, “permite correções, esclarecimentos e adaptações que a torna sobremaneira eficaz na obtenção das informações desejadas”. (LÜDKE E ANDRÉ, 1994, p. 34). Mondada, por sua vez ressalta que a entrevista é “um acontecimento comunicativo no qual os interlocutores, incluído o pesquisador, constroem coletivamente uma versão do mundo” (MONDADA, 1997, p. 59), portanto entendendo os desafios impostos neste mundo globalizado, este estudo permitirá conhecer o público alvo na sua totalidade, bem como sua família e seu modo de vida.

Portanto, a Casa da Mulher situada na Rua Princesa Isabel nº 310, centro, Caratinga-MG, tem como objetivo ofertar cursos para capacitar mulheres advindas do cadastro Único, que tenha renda mensal de até 2 (dois) salários mínimos, que possa apresentar situação de vulnerabilidade social, preparando-as para o empreendedorismo, por meio de oficinas, além de proporcionar atendimento psicossocial. Este equipamento social tem seu trabalho atrelado a outros atendimentos por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social, tornando este, um acompanhamento mais estreito das usuárias e suas famílias, trabalhando em parceria com os CRAS, ou melhor, sendo uma extensão do mesmo, atuando no serviço de proteção social básica, o mesmo prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de mulheres e suas famílias, conforme a identificação da situação de vulnerabilidade

apresentada, buscando amenizar as mazelas sociais, a superação e auto estima das usuárias.

De acordo com Sposati apud Vasconcelos et AL:

A proteção social na Assistência Social inscreve-se, portanto, no campo de riscos e vulnerabilidades sociais que, além de provisões materiais, deve afiançar meios para o reforço da auto estima, autonomia, inserção social, ampliação da resiliência dos conflitos, estímulos à participação, equidade, protagonismo, emancipação, inclusão social e conquista da cidadania. (SPOSATI, 2004, APUD VASCONCELOS ET AL, 2005, P.44)

Contudo, a pesquisa supracitada foi direcionada com objetivo de analisar o contexto social das mulheres inseridas nos cursos ofertados pela Casa da Mulher, frente à reestruturação do capital, enfatizando os impactos causados pela égide neoliberal nas famílias, ressaltando assim as estratégias de sobrevivência das mulheres frente à globalização, uma vez que são inúmeras as dificuldades enfrentadas pelas famílias principalmente pelas mulheres, tendo em vista que muitas das vezes a mesma tem que conciliar as tarefas do lar, cuidado com os filhos e o trabalhar fora, sendo assim, o capital guiado pela globalização “dita” as regras, impedindo que a camada mais vulnerável da população se emancipe, se expressando através do desemprego, violência, fome, exclusão social dentre outros.

Conforme Sposati:

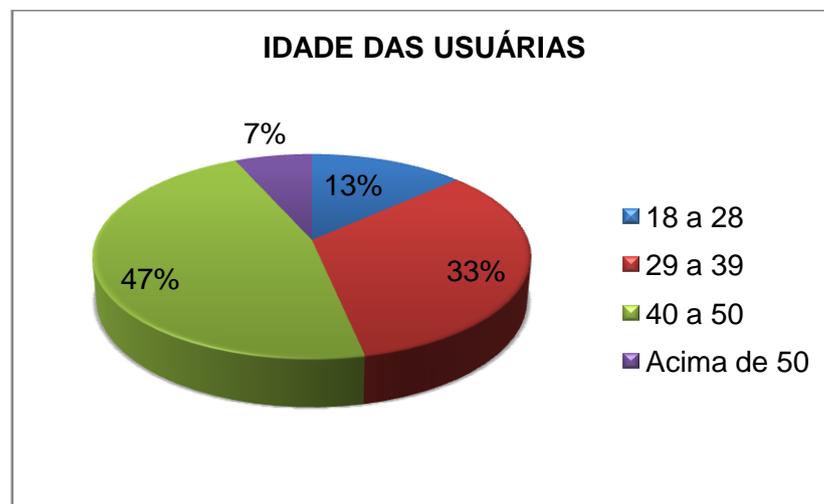
A exclusão social é a impossibilidade de poder partilhar, o que leva a vivencia da privação, da recusa, do abandono e da expulsão, inclusive com violência, de um conjunto significativo da população se tornando uma exclusão social e não pessoal. (SPOSATI, 1996, P. 67)

Frente ao exposto é possível compreender que o sistema capitalista impede à acessibilidade a igualdade, equidade, no qual Leone destaca que:

Assim, a contribuição do trabalho da mulher, tem-se manifestado, mormente, na extensão do número de famílias que passou a depender do seu trabalho para preservar a renda familiar. (LEONE, 1996<sup>a</sup> 1996b).

Portanto, com o intuito de procurar resposta ao objeto exposto, realizou-se uma entrevista com as alunas da Casa da Mulher que estão cursando o 2º (segundo) semestre do ano de 2016. O mesmo até o momento tem cerca de 200 alunas freqüentes, sendo que a pesquisa foi realizada por método de amostragem, com 7.5% das alunas.

**GRÁFICO 01**



Fonte: Alunas Autoras do TCC

Em se tratando da idade média das alunas usuárias, o gráfico 01 vem mostrar que, 13% das alunas têm idade entre 18 a 28 anos, 33% têm idade entre 29 a 39 anos, 47% tem idade entre 40 e 50 anos, e apenas 7% tem idade acima de 50 anos.

Vale salientar que a maior parte das mulheres atendidas no equipamento são mais “velhas”<sup>25</sup>, que se dedicaram aos filhos e ao trabalho enquanto jovens e hoje estão na busca pelo conhecimento, procurando se capacitar a fim se emancipar.

Segundo LIBANIO:

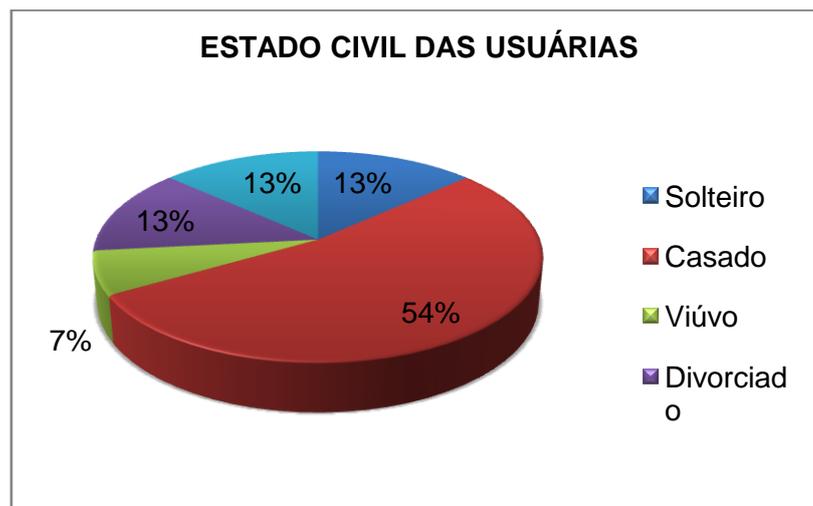
---

<sup>25</sup> a palavra “velho” significa muito idoso, antigo, gasto pelo tempo, experimentado, veterano, que há muito tempo exerce uma profissão ou tem certa qualidade, desusado, obsoleto. (FERREIRA, 2000).

Formar-se é tomar em suas mãos seu próprio desenvolvimento e destino num duplo movimento de ampliação de suas qualidades humana, profissionais, religiosas e de comprimento com a transformação da sociedade em que se vive, [...] é participar do processo construtivo da sociedade [...] na obra conjunta coletiva, de construir um convívio humano e saudável. (LIBANO, 2001, PP. 13-14)

Assim, percebe-se que cada vez mais, as mulheres estão buscando sua capacitação para o trabalho, se configurando em um ato educativo de conquistas e renovações, compreendendo que o investimento na formação profissional é o ponto de partida para a melhoria e mudanças emancipatórias.

**GRÁFICO 02**



Fonte: Alunas Autoras do TCC

Contudo, verifica-se que no gráfico 02, 54% das alunas são casadas, 13% das alunas são solteiras, sendo que mais 13% são amasiadas e mais 13% são divorciadas e apenas 7% é viúva.

Assim, Carvalho aponta que:

Embora as formas de se construir famílias tenham se alterado, estas não perderam a sua condição potencial de assegurar a socialização, a criação de vínculos relacionais e a proteção de seus membros. Isto porque a família continua a ser o espaço privilegiado do processo de

sociabilidade humana, onde os indivíduos se sentem parte da vida de outros, pertencentes a um grupo no qual construímos nossa identidade, aprendemos a conviver com os outros, interagir e a respeitar as pessoas, a construir princípios e valores éticos, a construir vínculos afetivos, a vivenciar relações de afetividade e de solidariedade. (CARVALHO, 2000, p. 17).

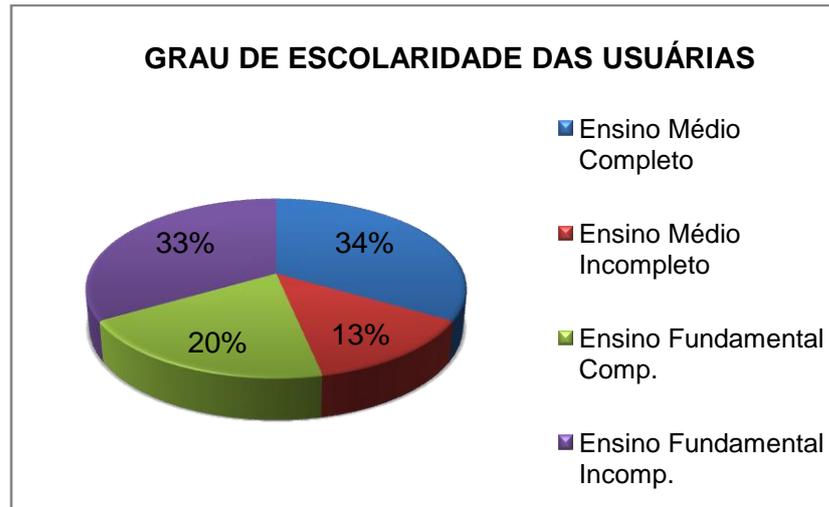
Assim, mesmo com as transformações sociais ocorridas no século XX e XXI no qual redirecionou os laços familiares, onde as pessoas buscam cada vez mais sua estabilidade financeira o que pode gerar um casamento indevido, influenciando futuramente no aumento de divórcios, ainda é possível detectar aquele conceito de família padrão, o que não impede que também se detecte famílias em união estável.

Alice Granato e Juliana De Mari destacam que:

A mudança nesse padrão tem resultado em novos e surpreendentes quebra-cabeças familiares: filhos de pais que se separam, e voltam a se casar, vão colecionando uma notável rede de meios-irmãos, meias-irmãs, avós, tios e pais adotivos. (GRANATO E JULIANA DE MARI, 1999, p.269)

Portanto, o contexto de família, nos remete a uma imensa variedade de formas de organização, com crenças, valores e formas diversificadas, se modificando e se reinventando.

### **GRÁFICO 03**



Fonte: Alunas Autoras do TCC

No que diz respeito ao grau de escolaridade das alunas, o gráfico 03, observa-se que, 34% das alunas terminaram o ensino médio e 13% não o concluíram, sendo que, 20% delas cursaram o ensino fundamental, e 33% não o concluiu.

Portanto, percebe-se que nenhuma usuária cursou o ensino superior, e a diferença de alunas com ensino médio completo e ensino fundamental incompleto é relativamente muito pequena, levando a sim a se pensar que mesmo que muitas usuárias estejam procurando se alfabetizar, uma boa parcela ainda se encontra iletrado.

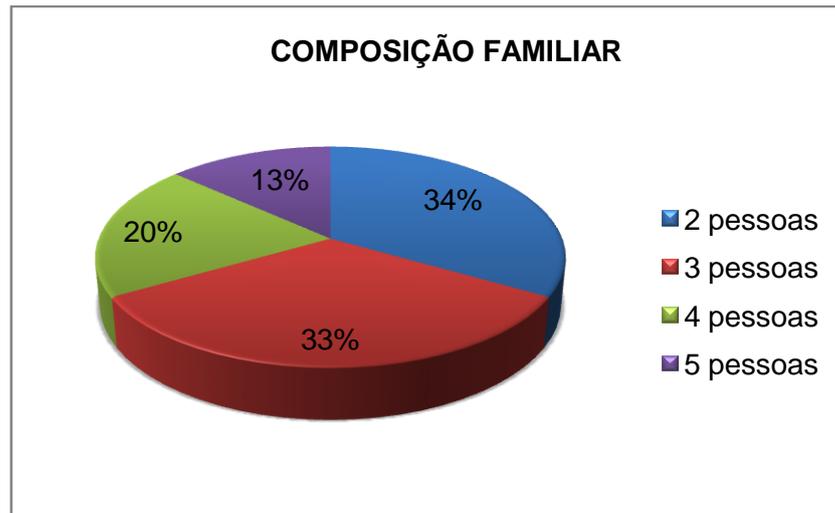
Para Arroyo citado por Andrade:

Ao se analisar a Educação de Jovens e Adultos em um sentido amplo, tomando-se como referência a pluralidade dos sujeitos que dela fazem parte, constata-se que, longe de estar servindo à democratização das oportunidades educacionais, ela se conforma no lugar dos que podem menos e também obtêm menos. (ARROYO, 2001 p.10, citado por ANDRADE 2011)

Há vários motivos para que fizeram e ainda fazem uma criança ou adolescente sair da escola, dois deles que pôde ser constatado é a dificuldade de acesso a mesma e a necessidade de trabalhar fora para ajudar no sustento da família, para Fortunato “Muitos jovens e adultos acabam por abandonar os estudos

por diversos motivos, entre os quais, dificuldade de aprendizagem, esgotamento físico, falta de motivação para aprender”. (FORTUNATO, 2010). Logo, depois de adulto, o que o aflige é a vergonha de retornar a escola devido a idade, o que faz com que muitos nem opte pela modalidade de ensino regular (EJA).

**GRÁFICO 04**



Fonte: Alunas Autoras do TCC

Entretanto, no gráfico 04, no que tange a composição familiar, ressalta que 34% das alunas residem com mais 2 pessoas, 33% residem com mais 3 pessoas, 20% residem com mais 4 pessoas e 13% residem com mais 5 pessoas.

Para tanto, sobre família, José Filho ressalta que:

É preciso levar em conta a família vivida e não a idealizada, ou seja, aquela na qual se observam diversas formas de organização e de ligações e na qual as estratégias relacionadas à sobrevivência muitas vezes se sobrepõem aos laços de parentesco. (JOSÉ FILHO, 2007, p.142)

Assim, observa-se que a composição familiar das alunas nem sempre é constituída por pai, mãe e filhos, mas também por sogros, avós, enteados e até mesmo por sobrinhos agregados.

**GRÁFICO 05**

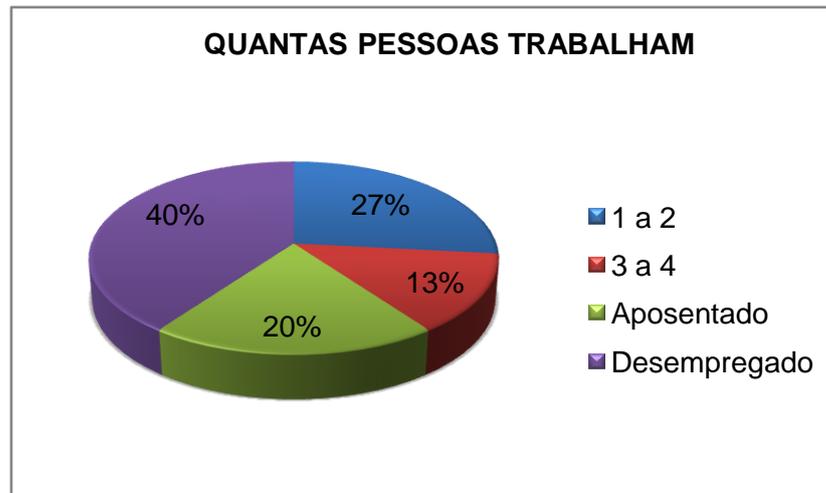


Fonte: Alunas Autoras do TCC

Em se tratando do nível de escolaridade da família o gráfico 05 vem concluir que 64% das alunas entrevistadas têm estudante em casa, e 36% não tem.

Para Oliveira, estudar “significa um marco decisivo no restabelecimento dos seus vínculos com o conhecimento escolar, libertando-os do estigma do analfabetismo e dos sentimentos de inferioridade” (OLIVEIRA, 1996 p. 37). E ainda para Santos “estudar deixa de ser unicamente o meio através do qual se torna possível adquirir coisas, é você poder se sentir, se posicionar diante da vida e das pessoas”. (Santos, 2003, p. 111). Ou seja, é através do estudo que o ser se torna reconhecido, e consegue novos meios de realizar seus anseios.

**GRÁFICO 06**

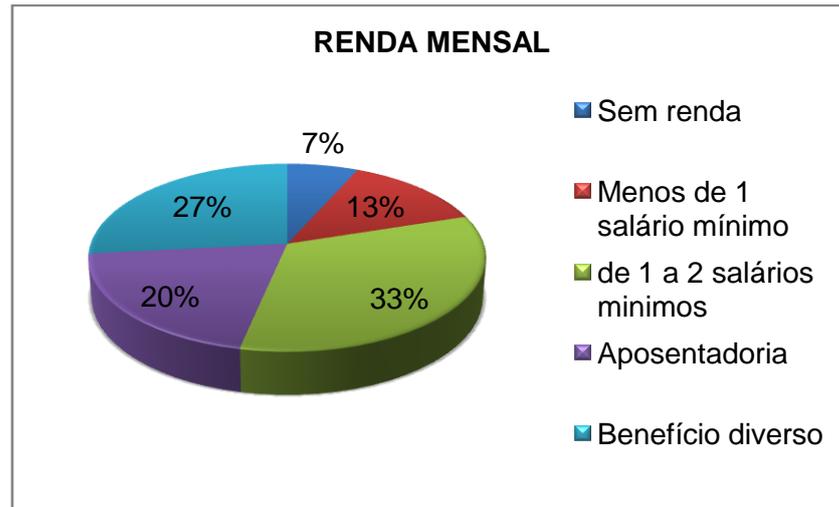


Fonte: Alunas Autoras do TCC

Ainda sobre o grupo familiar, no gráfico 06 demonstra que, de 7.5 % das entrevistadas, na composição familiar de 27% das alunas de 1 (uma) a 2 (duas) pessoas trabalham, 13% tem de 3 (três) a 4 (quatro) empregados, 20% têm aposentados na composição familiar e 40% estão desempregados, alguns sobrevivendo de pensão, bolsa família e até ajuda de terceiros.

Sabendo que o desemprego é um dos maiores problemas sociais enfrentados na atualidade, o trabalho é uma atividade essencial para a condição humana, sem o qual não haveria meios para sobreviver, levando a sérias conseqüências. Para Macedo, “o trabalho não gera apenas produtos econômicos, mas gera também conseqüências na identidade do sujeito” (MACEDO, 1992, p. 62). Desta maneira, o desemprego, abala não somente a estrutura familiar, mas também a estrutura física e psicológica do indivíduo.

#### GRÁFICO 07



Fonte: Alunas Autoras do TCC

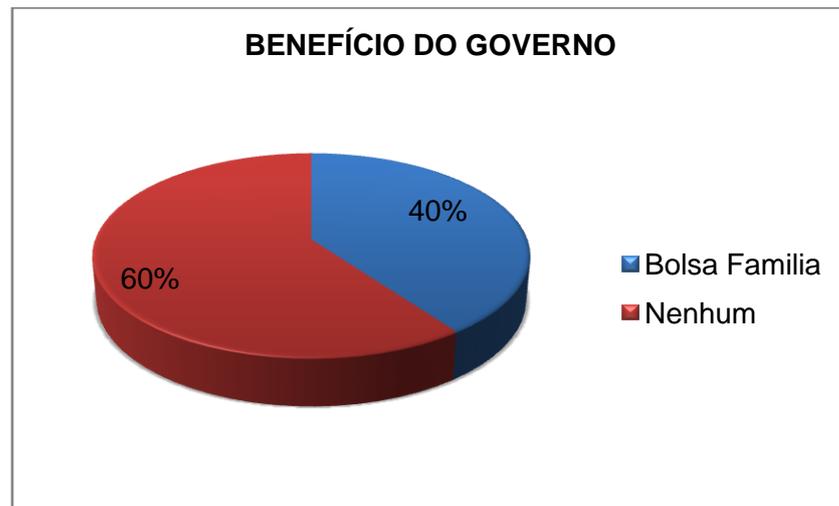
Não obstante, o gráfico 07 vêm explanar a renda mensal do grupo familiar dessas alunas, verificando que, 7% das famílias não tem renda mensal, 13% sobrevive de menos de 1 (um) salário mínimo, 33% recebe de 1 (um) a 2 (dois) salários mínimos sendo sua maioria 1 (um) salário mínimo, 20% sobrevive de aposentadoria de algum familiar, 27% sobrevive de algum benefício, sendo ele bolsa família, pensão entre outros.

Assim, segundo Rocha:

São definidos como pobres os indivíduos cuja renda familiar per capita é inferior ao valor que corresponderia ao necessário para atender a todas as necessidades básicas (alimentação, habitação, transporte, saúde, lazer, educação, etc.), enquanto define-se como indigentes aqueles cuja renda familiar per capita é inferior ao valor necessário para atender tão-somente às necessidades básicas de alimentação ( ROCHA, 2006, p.2).

Verifica-se, portanto que muitas dessas famílias em questão se caracterizam como de baixa renda, sendo que a renda de várias delas se restringem e se originam por outros rendimentos como aposentadoria, pensões, e não pelo trabalho, e outras vezes a baixa renda dessas famílias não consiste em não inserção ao mercado de trabalho, mas pela baixa remuneração que as mesmas recebem.

GRÁFICO 08



Fonte: Alunas Autoras do TCC

Quando aos benefícios do governo federal, o gráfico 08 salienta que 60% das famílias não recebem nenhum benefício do governo seja ele bolsa família, BPC ou qualquer outro tipo, e apenas 40% dessas famílias recebem bolsa família.

Para Cohen:

Deve-se entender que as políticas sociais que são voltadas para o alívio da pobreza, são aquelas que têm ação e resultado de imediato, direcionadas a classe mais necessitada, buscando a superação da pobreza, e possibilitando um crescimento sustentável destes indivíduos. (COHEN, 2001).

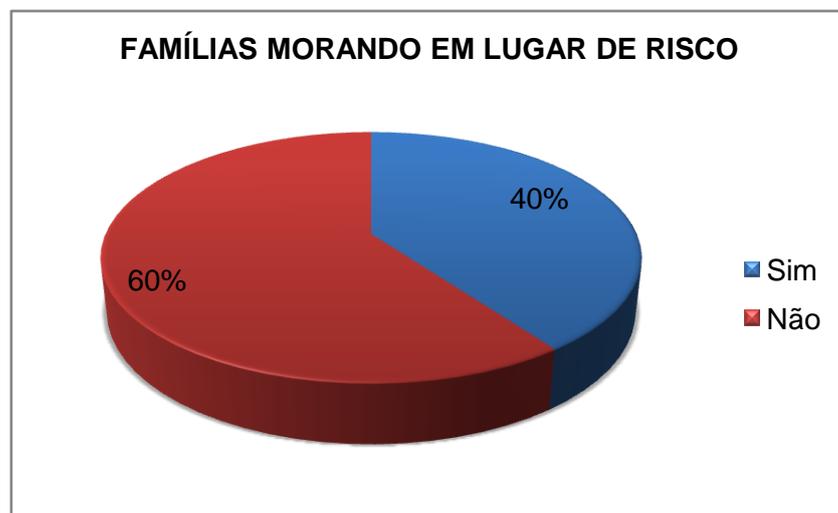
E ainda para Soares:

Todas as transferências de renda promovem a redução da pobreza. Em razão dos valores transferidos, o BPC, as pensões e as aposentadorias do piso de um salário mínimo são capazes de retirar as famílias da indigência e da pobreza; os demais programas de transferência de renda melhoram a situação das famílias sem, no entanto, serem suficientes para retirar todas elas da pobreza. Em outras palavras, enquanto o BPC e aposentadorias e pensões do piso têm impacto claro sobre a incidência e a intensidade da pobreza – as demais transferências têm efeito forte apenas sobre a intensidade da pobreza – algo importante, mas que contribui pouco

para alterar a proporção de pobres na população. (SOARES ET AL., 2006, P.39)

Todavia o escritor Betto ressalta que “graças ao Bolsa Família, um número maior de pessoas está fazendo três refeições ao dia, com aumento na quantidade consumida e uma maior diversificação dos itens da cesta básica.” (BETTO, 2006, p139). Conquanto as políticas sociais surge para apaziguar as conseqüências do conflito entre capital e trabalho, onde o capitalismo faz com que haja cada vez mais uma distancia maior entre ricos e pobres, o Estado por sua vez usa essas estratégias para assegurar a “garantia” ainda que tardia dos direitos sociais previstos constitucionalmente, a fim de assegurar a sobrevivência para aqueles de dela necessitar.

**GRÁFICO 09**



Fonte: Alunas Autoras do TCC

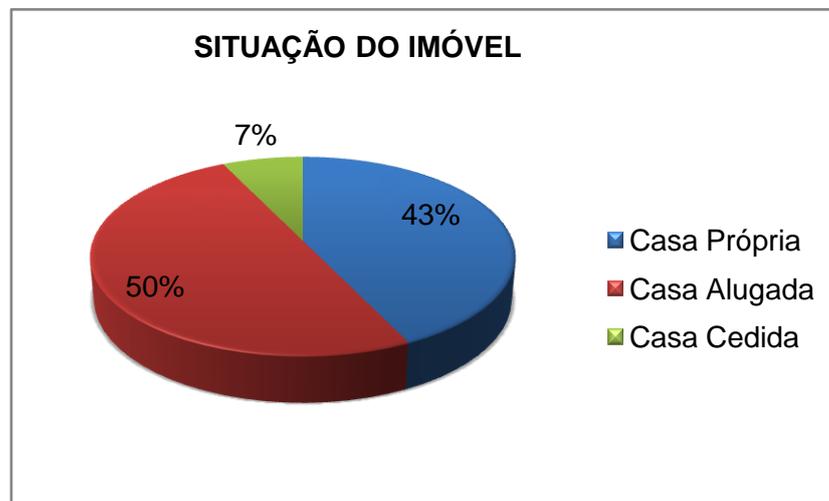
No que diz respeito ao gráfico 09 sobre a moradia dessas famílias, verifica-se que 60% delas não moram em lugar de situação de risco, porém 40% delas sim, sendo que alguns desses riscos relatados são: perigo de desmoronamento de encostas, tráfico de drogas e há também famílias que moram próximo ao britador, onde segundo relatos diariamente “voa” pedras acertando casas ou pessoas que estão passando por perto.

Para Gomes:

Ninguém ocupa uma área ruim de sua cidade por puro prazer. O que leva milhares de pessoas para casas em locais perigosos é a necessidade. E todo mundo sabe que se houvesse vontade política não haveria mais áreas de risco em cidade alguma, seja em São Paulo, Rio de Janeiro ou em outro estado rico ou pobre do Brasil. (GOMES, 2002).

Devido ao elevado custo de terrenos de melhor acesso nas cidades, a população mais desprovida acaba por ocupar locais em condições de difícil acesso e às vezes até precário e em situação de risco, causando também irregularidade das ocupações no que se refere às normas de urbanização.

**GRÁFICO 10**



Fonte: Alunas Autoras do TCC

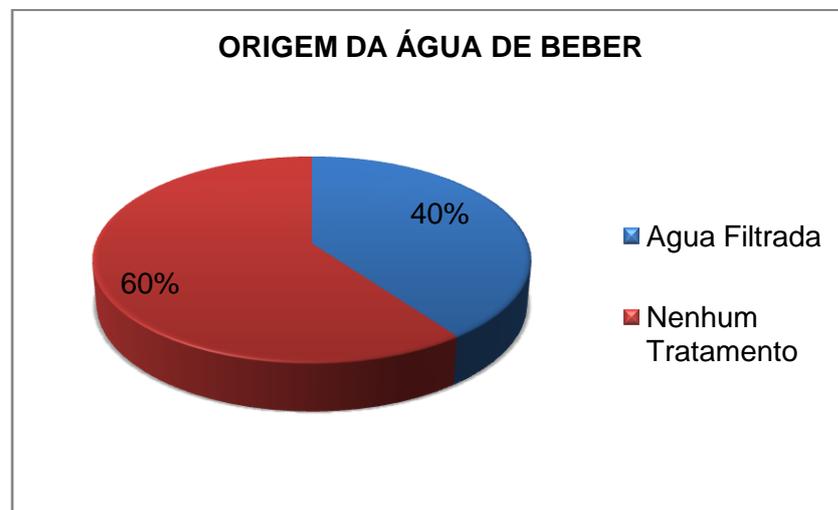
Para tanto, no que diz respeito à situação do imóvel, no gráfico 10 pode-se constatar que 43% das casas são próprias, 50% são alugadas, sendo que os valores dos alugueis variam entre R\$150 a R\$300 reais, e 7% são cedidas, ou seja, ocupada com autorização do proprietário, porém sem pagar aluguel. Contudo, o número de cômodos das residências variam entre 2 cômodos até 5 cômodos.

Para tanto, Silva aponta que:

As vulnerabilidades sociais são expressas na pobreza, na baixa escolaridade, no desemprego, mas também podem ser observadas nas questões de gênero, cor/raça, nas questões pertinentes a moradia e outras necessidades especiais, que são fatores que aumentam a tendência às situações de exclusão social. (SILVA, 2005).

Assim, para Maricato, “estas pessoas além de não conseguirem financiar a moradia em razão da renda e ao preço dos imóveis são remetidas para a ilegalidade por não terem acesso ao mercado formal” (MARICATO, 2000). Concluindo assim que, apesar de os direitos serem universais, o mesmo se restringe a poucos, para tanto, o governo lança mão de programas básicos, para promoção da igualdade de direitos, o que comprova a relevância desses programas para disponibilizar o acesso a casa própria para a população de baixa renda.

**GRÁFICO 11**



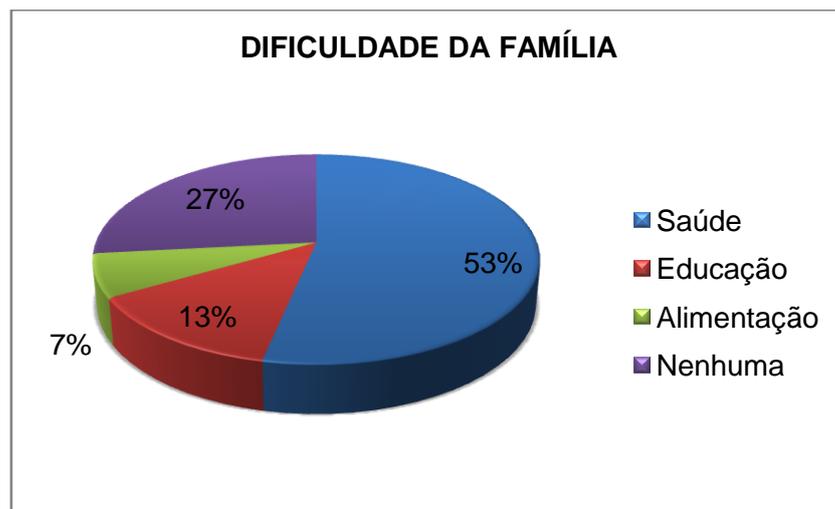
Fonte: Alunas Autoras do TCC

Quanto as necessidades básicas de higiene e sobrevivência de uma casa, constata-se que, 100% das famílias entrevistadas possui energia elétrica, seu abastecimento de água é oriundo de encanação da COPASA (companhia de saneamento de Minas Gerais), as casas têm rede esgoto e o lixo é sempre coletado, no entanto, conforme o gráfico 12, 60% das famílias não tem nenhum tratamento de água, e apenas 40% das famílias tem filtro em casa.

No entanto, o Programa Nacional de Direitos Humanos, disposto no Decreto nº 4.229/20021, apresenta entre as propostas de ações governamentais, em seu Anexo I, seção Garantia do Direito à Moradia, 417 ressaltando que é dever do Estado promover moradia adequada, em locais salubres, com boas condições ambientais, segurança, abastecimento de água, luz e esgoto.

Entretanto, a realidade da maioria dos brasileiros é bem diferente, por mais que a moradia digna seja direito de todo cidadão, seu acesso ainda é muito restrito. Em se tratando do acesso das famílias a saúde, 100% delas utiliza o serviço público SUS, sendo eles PAM, ESF, hospital, policlínica entre outros... Assim, quanto à saúde, esta assegurada na Constituição Federal como um direito de todos. O artigo 196 dispõe que “A saúde é direito de todos e dever do Estado”, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação”, portanto, a saúde passou a ser um direito constitucional, e o poder público se responsabiliza de implementar essa política social, a fim de garantir aos cidadãos o acesso a assistência médico e hospitalar.

**GRÁFICO 12**



Fonte: Alunas Autoras do TCC

Para tanto, sobre as dificuldades que as famílias pesquisadas encontram constata-se no gráfico 12 que 53% dessas famílias enfrentam dificuldade na saúde sendo elas a respeito de medicamentos de auto custo e/ou consultas e exames que

não conseguem pelo SUS, outros 13% enfrentam dificuldade na educação, uma vez relatado que residem em locais de difícil e perigoso acesso, no qual ficam longe das escolas o que torna venturoso as idas e vindas em horários inconvenientes; 7% das famílias encontram dificuldade na alimentação, uma vez que os gastos com a mesma e demais despesas se tornam demasiadamente altos tornando sua renda mensal insuficiente para suprir todas as suas necessidades, acarretando assim várias expressões da questão social<sup>26</sup>.

Contudo Wanderley destaca que:

Um pouco mais de rigor se impõe, portanto, ao uso da noção de exclusão, uma vez que parte das situações classificadas como tal resultam das vulnerabilidades decorrentes das transformações que se operam no mundo do trabalho, degradando as relações de trabalho e os sistemas de proteção correlatos, ou seja, da situação de crise da sociedade salarial. Pode-se, assim, falar com mais propriedade de noções como vulnerabilização, precarização, marginalização, procedendo-se a uma distinção cuidadosa dos processos de exclusão daqueles outros componentes constituintes da questão social contemporânea, na sua globalidade. (WANDERLEY, 1997, p. 79)

Deste modo, as famílias “pobres” se tornam cada vez mais vulneráveis diante do eminente capitalismo que os acerbam e reprimem ameaçados pelo desemprego, o provimento do lar fica comprometido.

### GRÁFICO 13

---

<sup>26</sup> Indica, [...], a existência de relações conflituosas entre portadores de interesses opostos e antagônicos [...], na qual os atores dominados conseguem impor-se como forças políticas estratégicas e problematizar efetivamente necessidades e demandas, obtendo ganhos sociais relativos. Foi com essa caracterização que a questão social surgiu na Europa no século XIX. [...] Por isso, a questão social é, de fato, particular e histórica” (PEREIRA, 2001, p.59).



Fonte: Alunas Autoras do TCC

Ainda sobre as dificuldades das famílias, foi indagado para as usuárias, se a renda mensal, das mesmas era suficiente, para arcar com as necessidades básicas da família, casa, alimentação, vestuário, saúde, lazer entre outros, no qual o gráfico 13 salienta que a renda mensal de apenas 33% das famílias é suficiente para arcar com todas as despesas, e 67% ainda passa por alguma dificuldade financeira sendo assim de acordo com os dados é possível concluir que na maioria das famílias a renda mensal, não é suficiente para arcar com tais necessidades.

Nesse contexto a primeira entrevistada relata que:

“Minha renda mensal não é suficiente, para arcar com as necessidades básicas, por que o meu esposo esta desempregado, só conto com o meu salário para sustentar a casa”.(ENTREVISTADA 1)

Nessa perspectiva vale destacar aqui, a fala de outra usaria:

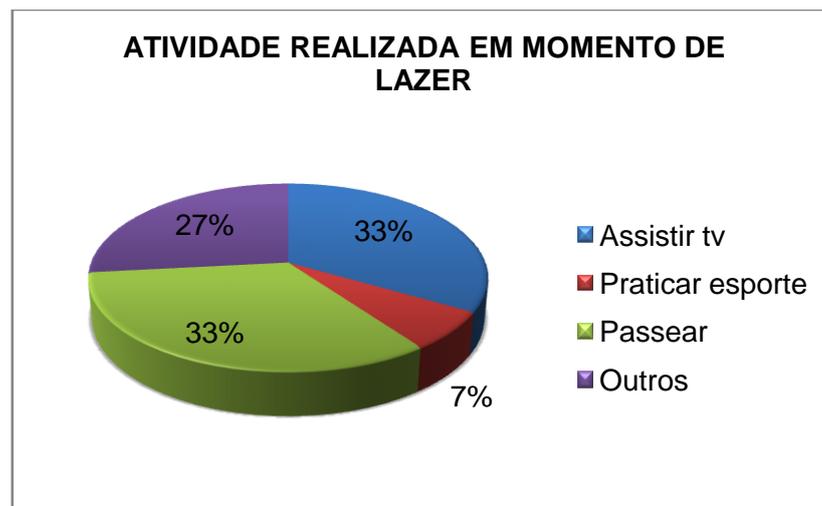
Minha renda mensal não é suficiente por que tenho gasto com medicação com o meu filho que faz tratamento devido ao cisto que desenvolveu nos ossos das Mãos. Ele tem que fazer acompanhamento com medico de outra cidade. (ENTREVISTADA 2).

De acordo com a Constituição Federal de 1998, o salário mínimo deve suprir às necessidades básicas da família, a saber:

Salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, reajustado periodicamente, de modo a preservar o poder aquisitivo, vedada sua vinculação para qualquer fim" (CFB, capítulo II, Dos Direitos Sociais, artigo 7º, inciso IV).

A partir dessa análise, evidencia-se que o salário das entrevistadas, garante a complementação da renda, mas não consegue garantir o suprimento de todas as necessidades básicas das famílias, sendo o mesmo insuficiente para enfrentamento a vulnerabilidade social.

**GRÁFICO 14**



Fonte: Alunas Autoras do TCC

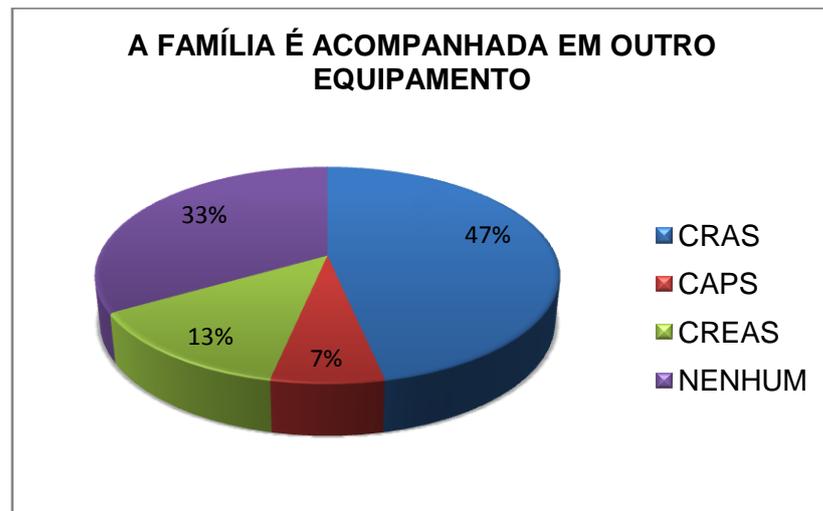
Foi questionado também a respeito das atividades que a família gosta de fazer nos momentos de lazer, o que para Taschener:

O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode se dedicar prazerosamente, seja para relaxar, divertir-se ou para alargar seu conhecimento e sua participação social espontânea, o livre exercício de sua capacidade criativa, após ter-se desembaraçado de suas obrigações de trabalho, familiares e sociais (TASCHNER 2000).

Assim, o gráfico 14 mostra que, 33% das famílias gostam de ficar em casa assistindo televisão, 33% das famílias gostam de passear, seja na praça da cidade,

ao campo para ver o jogo no fim de semana ou visitar parentes, 7% gosta de praticar esporte relatando que os filhos ou esposo joga futebol nos finais de semana e 27% em seu momento de lazer costuma freqüentar á igreja, seja ela evangélica ou católica.

**GRÁFICO 15**



Fonte: Alunas Autoras do TCC

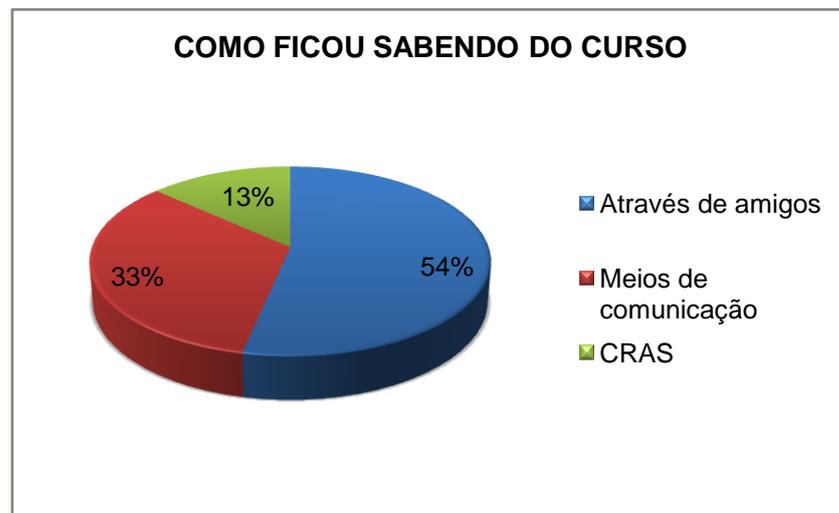
Por conseguinte, o gráfico 15 mostra que 47% delas estão referenciadas no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e inseridas do SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo), 7% são acompanhadas pelo CAPS, 13% são acompanhadas pelo CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) e 33% das famílias ainda não estão referenciadas em nenhum equipamento uma vez que para se inscrever nos cursos da Casa da Mulher é necessário apenas que tenha cadastro no CadÚnico para se gerar o número do NIS (Número de Identificação Social).

Para Simões:

Segundo a Lei, a assistência tem por finalidade assegurar a prestação das necessidades básicas, com base nas quais as políticas públicas, com a participação da comunidade, definem os mínimos sociais, de natureza mais ampla. Para reduzir os níveis de pobreza, prevê diversas estratégias: criação de programas de geração de trabalho e renda; proteção a maternidade, as crianças e aos adolescentes; apoio a gestantes; pessoas com deficiência ou pessoas idosas, desde que carentes por meio de ações continuadas de assistência social. (SIMÕES, 2010, p. 295)

Portanto, o CRAS onde essas famílias estão referenciadas é a porta de entrada para a proteção social, no qual possibilita o primeiro acesso dessas famílias aos direitos sócio assistenciais, além de fazer os encaminhamentos necessários fazendo articulação com toda a rede.

**GRÁFICO 16**



Fonte: Alunas Autoras do TCC

Entretanto, o gráfico 16 retrata como as mulheres alunas dos cursos da Casa da Mulher, ficaram sabendo dos cursos, no qual relata que 54% delas ficaram sabendo através de amigos e/ou conhecidos, 33% descobriram o curso por meios de comunicação, raios e programa de televisão e 13% ficaram sabendo dos cursos por encaminhamento do CRAS.

Por conseguinte foi indagado para as usuárias sobre a pretensão de procurarem emprego na área em que estão se profissionalizando, portanto vale destacar as seguintes respostas: “Sim, já tenho minhas coisas de salão, mas ainda não inaugurei meu salão, pois o aluguel é muito caro, estou aguardando o momento certo”. (ENTREVISTADA 1). E ainda, “Não, no momento estou fazendo o curso de penteado em noiva, porem já fiz outros cursos, como corte e química em cabelo, manicure e maquiagem, percebi então que não me identifiquei com esse curso”. (ENTREVISTADA 2).

Vale ressaltar também, a opinião das usuárias entrevistadas, sobre a importância das mesmas trabalharem. Duas das usuárias entrevistada asseveraram que: “Acho importante trabalhar, pois assim consigo minha independência financeira, consigo comprar minhas coisinhas sem depender de homem”. (ENTREVISTADA 1). E “Acho importante trabalhar, pois assim consigo ajudar minha família, com o meu trabalho consigo uma renda a mais” (ENTREVISTADA 2).

Sendo assim ao se inserir no mercado de trabalho, a mulher visa não só a sua independência financeira, mas também ter uma renda e assim contribuir com o sustento da família, essa participação da mulher na economia, não se explicam apenas por ser, a mulher, mas também por ser uma renda complementar da família, além de mudanças sociais como aumento da perspectiva e expectativa de independência das mesmas. Neste sentido Gomes, Santana e Silva destacam que “Algumas explicações para essa grande participação feminina no mercado de trabalho se devem ao fato da emancipação da mulher, independência financeira, desemprego e necessidade de complementar a renda familiar” (GOMES, SANTANA e SILVA, 2005, p.5).

Enfim, no que diz respeito a sugestões de melhorias para casa da mulher, as usuárias pontuaram que “acho a salas muito abafadas, ideal seria salas mais arejadas, assim o ambiente seria mais confortável e melhor para a gente aprender”. (ENTREVISTADA 1), e ainda:

Eles podiam ampliar o espaço, onde é realizado o curso de cabeleireiro e penteado em noivas, o espaço é pequeno não cabe muitas pessoas, e se possível seria bom ter outra oficina para esse curso, pois só com uma fica difícil tirar todas as dúvidas.(ENTREVISTADA 2).

Portanto, conforme o relato dos depoimentos vistos observa-se que as entrevistadas questionaram a respeito do espaço físico do equipamento, indagando que o mesmo é pequeno e abafado o que vem interferir na qualidade de aprendizado das mesmas. No entanto, ao indagar sobre a satisfação com os cursos 100% das alunas entrevistadas responderam que estão satisfeitas, e que estão

aprendendo muito, sendo que 40% dessas alunas já estão exercendo atividade remunerada referente ao curso que está realizando.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Tendo em vista os aspectos mencionados, o estudo exposto principiou da observação relativa do contexto social das mulheres inseridas na Casa da Mulher, sendo assim, foi preciso uma abordagem abrangente no que se refere à cultura, situação socioeconômica e aspectos sociais que envolvem as alunas.

Portanto, a pesquisa foi realizada na Casa da Mulher, com intuito de obter um conhecimento mais aprofundado das usuárias e seu contexto sócio familiar, buscando compreender a realidade social das mulheres inseridas na casa da mulher no segundo semestre do ano de 2016, no qual a mulher muitas das vezes tem que levar uma jornada dupla, conciliando, atividades de casa, cuidado com os filhos e trabalho fora.

O assunto estudado possibilitou perceber que a inserção da mulher no mercado de trabalho inerente a necessidade de ganhos financeiros para colaborar com as despesas da família se deu a partir da Revolução Industrial, no qual sua mão-de-obra barata foi bem vinda, e bem aceita devido ao baixo custo, altos rendimentos e maior facilidade de disciplinar.

Assim, a mulher se vê em múltiplas funções, é de suma importância para complemento da renda salarial de sua família ou até mesmo sendo a única renda mensal da mesma, uma vez que com sua independência financeira, houve conseqüentemente um aumento no número de divórcios, e de famílias chefiadas pelas mesmas.

A realidade exposta no gráfico 02, por exemplo, mostra que mais da metade dessas mulheres são casadas, no entanto estão em busca de se capacitar para o mercado de trabalho justamente com objetivo de contribuir nas despesas de casa, para tanto ao analisar o gráfico 06 da-se a noção de que de até 05 pessoas compostas na família como mostra o gráfico 04, quase metade delas estão com

seus membros desempregados, configurando assim um desemprego que empobrece a família e a torna vulnerável, levando-as a se ajuntar nas periferias e locais de difícil e perigoso acesso.

Uma vez que apenas 33% dessas famílias tem renda mensal de até 2 salários mínimos como mostra no gráfico 07, não se pode pensar que é suficiente para o provimento do lar. Vale salientar que a política de assistência tem seu acesso limitado devido a alguns critérios impostos, como o número de pessoas na família, a renda mensal entre outros... portanto, mais da metade das famílias não recebe nenhum tipo de benefício do governo como mostra no gráfico 08, concluindo assim no gráfico 13 que a renda mensal de 67% das famílias não é suficiente para arcar com todas as despesas de casa, o que faz com que estas famílias procurem o CRAS em busca de algum benefício, no entanto nem sempre este é suficiente para o sustento de sua família.

Analisando as dificuldades na qual encontram as famílias no gráfico 12, identifica-se que em 53% dos casos estão atreladas a saúde, ou seja, mais da metade das famílias entrevistadas mesmo utilizando todos os serviços ofertados pelo SUS, ainda encontram dificuldade não tanto pela dificuldade de acesso a esses serviços, mas levando em consideração o auto custo de alguns medicamentos que não estão inclusos em programas como Farmácia Popular nem estão disponíveis nos ESF's e Policlínica. Todavia mesmo sendo obrigação do Estado garantir o acesso dos serviços públicos de saúde a todos os cidadãos muitas das vezes essa disponibilização de serviços se torna precária tornando assim uma falácia dizer que os princípios da universalidade e integralidade têm se feito presente na realização da prática.

Assim, a Casa da Mulher que tem o objetivo de ofertar cursos capacitatórios às mulheres que se enquadrem no perfil exigido, sendo uma extensão do CRAS, também oferece atendimentos psicossocial, e uma vasta articulação com toda a rede, tem se tornado a porta de entrada de muitas mulheres para o mercado de trabalho, mulheres estas que não teriam outra oportunidade de se preparar e se capacitar para tais atividades. Assim, esta capacitação se configura de fundamental importância para as mesmas não somente para obter uma renda extra, mas também

para formar mulheres confiantes, profissionais realizadas, com auto-estima elevada e atenta a seus direitos enquanto cidadã.

## REFERÊNCIAS

Adam Smith, *A riqueza das nações – investigação sobre sua natureza e suas causas*, vol. 2 (São Paulo: Abril Cultural, 1983), p. 104.

ALVES, Giovanni. **Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho – o Brasil nos anos noventa**. In: Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho. Francisco J. S. Teixeira; Manfredo A. de Oliveira (Orgs.). São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará. 1996

Antunes, R.(1997) *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. 4ª. ed., São Paulo: Cortez.

ARAÚJO. Renan B. *O sindicalismo propositivo do ABC: O caso da Mercedes Benz*. Dissertação de Mestrado. FFC-Unesp/Marília, 2002.

ARROYO, Miguel. A Educação de Jovens e Adultos em tempos de exclusão. **Alfabetização e Cidadania**. São Paulo: Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil (RAAAB), n.11, abril 2001.

BALTAR, P.; LEONE, E. T. **A mulher na recuperação recente do mercado de trabalho brasileiro**. Revista brasileira de Estudos Populacionais, São Paulo, v.25, n.2, p. 233-249, jul/dez. 2008

BARSTED, Leila Linhares. A Legislação civil sobre família no Brasil. In: *As Mulheres e os Direitos Civis*. Coletânea Traduzindo a legislação com a perspectiva de gênero. Rio de Janeiro: Cepia, 1999.

BATISTA, P. N. **O Consenso de Washington**. 2.ed. São Paulo: PEDEX, 1994.

BERTOLINO, Osvaldo. A crise do trabalho. **Princípios**, n.46, agosto a outubro de 1997, p.19 a 22.

BETTO, Frei. **A Mosca Azul** – Rio de Janeiro: Rocco 2006

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. A crise da América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal? **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 3-23, Abril 1991. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home>>. Acesso em: 24 Fevereiro 2013.

BRUSCHINI, C.; SORJ, B. (Org.). **Novos Olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil**. São Paulo: Marco Zero. Fundação Carlos Chagas, 1994.

BUARQUE, Cristovam. *O que é apartação*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CARVALHO, I.M.M; ALMEIDA, P11. **Família e Proteção Social**. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, 17 (2), p.109-122, 2003.

CARVALHO, M. do C. B. de. O lugar da família na política social. In: CARVALHO, M. do C. B.de (Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Cortez, 2000.

COHEN, B. (2001) – “**Outlines of section 48 – Vulnerable populations**”. Disponível no site:< <http://www.iussp.org/Brazil2001/outlines/s48.htm>>

COSTA, Alfredo Bruto da (2007), **Exclusões Sociais**. Lisboa: Gradiva

COUTINHO, C.N. **Contra-corrente: ensaios sobre a democracia e o socialismo**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008

Decreto nº 4.229, de 13 de maio de 2002. Dispõe sobre o Programa Nacional de Direitos humanos – PNDH, instituído pelo Decreto nº 1.904, de 13 de maio de 1996, e dá outras providências. Disponível em: <

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/D4229.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4229.htm)> Acesso em: 25 06 2012.

DEL PRIORE, M. L. M. Brasil Colonial: um caso de famílias no feminino plural. *Cad. Pes.* 91. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. 1994.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 4ª ed., 2007, p. 47.

\_\_\_\_\_. **Manual de Direito das Famílias**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 4ª ed., 2007, p. 52/53.

Direitos fundamentais e Estado [recurso eletrônico] : políticas públicas & práticas democráticas, Tomol / Ismael Francisco de Souza, Reginaldo de Souza Vieira (organizadores) . – Criciúma, SC : Ed. UNESC, 2011. 492 p. : il. Modo de acesso: <<http://www.bib.unesc.net/pergamum/biblioteca/index.php>> Vários colaboradores

DRAIBE, Sônia. M. Brasil 1980-2000: **proteção e insegurança sociais em tempos difíceis**. Anais do Taller Inter-Regional "Protección social en una era insegura: un intercambio sursur sobre políticas sociales alternativas en respuesta a la globalización". Santiago de Chile, PNUD/Cenda, 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=000207&pid=S0103-2070200300020000400020&lng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000207&pid=S0103-2070200300020000400020&lng=en) Acesso em: Mar. 2013.

DUPAS, Gilberto. **A Lógica Econômica Global e a Revisão do Welfare State: a urgência de um novo pacto**. In: BRESSER PEREIRA, Luís Carlos; WILHEIM, Jorge;

FARIA, N.; NOBRE, M. (Org.). Gênero e desigualdade. *Cadernos Sempre Viva: Texto para ação feminista*, São Paulo, SOF, p. 11-14, 1997.

FORTUNATO I. **Educação de jovens e adultos**. *REU. Sorocaba*: São Paulo, v. 36, n. 3. P. 281-283, dez 2010.

FERRARI, Mário; KALOUSTIAN, Silvio Manoug. **Introdução**. In: KALOUSTIAN, Silvio Manoug. (Org.).

FERREIRA, A. B. H. (2000). **Miniaurélio século XXI escolar: o minidicionário da Língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

FRIEDRICH, Engels. **A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Coleção Grande Obras do Pensamento Universal. Editora Escala, S/D.

GOMES, A.F; SANTANA, P.G.W.; SILVA, M.J. **Mulheres Empreendedoras: Desafios e Competências**. Disponível em: <<http://www.cyta.com.ar/ta0406/v4n6a1.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2009.

GIUZMÁN, V. **A equidade de gênero como tema de debate e de políticas públicas**. In: Gênero, família e trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: Faperj, 2008.

GOMES, Paulo César da Costa. **“A Condição Urbana: Ensaio de Geopolítica na Cidade”**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2002

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo : Loyola, 1992.

HERA. **Direitos sexuais e reprodutivos e saúde das mulheres: idéias para ação**. Nova York: HERA, 1998.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo, Cortez, 1998.

\_\_\_\_\_. **O trabalho do assistente social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social**. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Crise Contemporânea, Questão social e Serviço Social. Brasília, DF: UmB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distancia, modulo 1, p. 111 – 28, 2000.

\_\_\_\_\_. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

JOSÉ FILHO, M. *A família como espaço privilegiado para a construção da cidadania*. 1998. 295 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Franca, UNESP – Univ Estadual Paulista, Franca 1998.

LAVINAS, Lena. **Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática**. *Econômica*, V.4, nº 1, p.25-59, junho 2002- impressa em outubro 2003.

LÊNIN, V. I. **O Imperialismo**: fase superior do capitalismo. Trad. Olinto Beckerman 3. Ed. São Paulo: Global, 1985.

LEONE, E. Empobrecimento da população e inserção da mulher no mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo na década de 1980. In: OLIVEIRA, C. A., MATTOSO, J. E. (Coord.). *Crise e trabalho no Brasil*. Modernidade ou volta ao passado? São Paulo: Scritta, 1996a.

\_\_\_\_\_. Trabalho da mulher e renda familiar na Região Metropolitana de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10, 1996, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ABEP, 1996b. v. 1, p. 535-546.

LIBANIO, João Batista. **A arte de formar-se**. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1994.

MACEDO, Lucinda M. da R. *Desemprego e suas relações com a identidade*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1992

MARICATO, Ermínia. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras**. São Paulo Perspectiva, São Paulo, v. 14, n. 4, 2000, Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392000000400004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000400004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em outubro de 2011

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARX, Karl. **O Capital**. (obra completa). 8. ed., trad. de Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: Difel, 1982.

\_\_\_\_\_. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 175 a.

MELO, V. A. *Introdução ao Lazer. Barueri SP: Manole, 2003.*

MIOTO, R. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In: SALES, M et al (orgs). *Política social família e juventude – uma questão de direitos*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008b, p. 43-59

MONDADA, L. **A entrevista como acontecimento interacional**: abordagem lingüística e interacional. RUA, n. 3, 1997.

MOTA, A. E.; MARANHÃO, C. H.; SITCOVSKY, M. O Sistema Único de Assistência Social e a formação Profissional. **Serviço Social & Sociedade**. n. 87. São Paulo: Cortez, 2006.

MURARO, Rose Marie. **A mulher no terceiro milênio**. Rio de Janeiro. Rosa dos Tempos, 1993.

NASCIMENTO, Deise Nanci. **As conquistas das mulheres**. Disponível em: <<http://www.artigonal.com/cotidiano-artigos/as-conquistas-das-mulheres-386778.html>> Acesso em: 03 mai. 2009.

\_\_\_\_\_. **Da educação e o Projeto Neoliberal**: direção da justiça social ou do reinado ilimitado do capital? In: Revista Educação v.1, n.1, p.61-79, Goiânia: UFG, 1997.

NETTO, José Paulo; BRAZ, M. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. **Economia política**: uma introdução crítica. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. **Notas sobre a reestruturação do Estado e a emergência de novas formas de participação da sociedade civil**. In: Política Social: Alternativas ao Neoliberalismo. Ivanete Boschetti, Potyara A. P. Pereira, Maria A. César, Denise B. B. de Carvalho (Orgs.). Brasília: UnB, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, 2004.

\_\_\_\_\_. (1996). **Transformações societárias e Serviço Social**: Uma análise prospectiva da profissão no Brasil, In: Serviço Social e Debate, n.º 50, ano XVII.

OLIVEIRA, José Lamartine Correa de; MUNIZ, Francisco José Ferreira Muniz. **Curso de direito de família**. 4. ed. Curitiba: Juruá, 2002. p. 13.

OLIVEIRA, M. C. **Metamorfose na construção do alfabetizando pessoa**. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS. 1996.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A CRISE DA AMÉRICA LATINA: CONSENSO DE WASHINGTON OU CRISE FISCAL?** *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 21 (1), abril 1991: 3-23.

PEREIRA, Potyara. A.P. **Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem - estar**. In: MIONE, Apolinário; MATOS, Maurílio M Castro de Leal, Maria Cristina (Orgs). Política social, família e juventude : uma questão de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. **Coleção Educação Contemporânea**. Editora Cortez, 1986.

POSSENTI, Sírio. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. (p. 353 a 392). In: MUSSALIN, Fernanda e BENTES, Anna Cristina. **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. 2. ed. v. 3. São Paulo: Cortez, 2005.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** R.J., FGV, 2005.

ROUDINESCO, Elizabeth. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Quatro Artes-INL, 1969

SAMARA, Eni de Mesquita. **A FAMÍLIA BRASILEIRA**. 4 ed. São Paulo, SP (Brasil): Editora Brasiliense, 1998. 91 p.

SANTANA, Mônica Cristina Silva. Muito Trabalho, Pouco Poder: Participação Feminina Mitigada Nos Assentamentos Rurais do Estado de Sergipe. In: GROSSI, Miriam Pilar.

SANTOS, E. P; COSTA, G. M. Questão social e desigualdade: novas formas, velhas raízes. 4. In: **Revista Agora: Políticas Públicas e Serviço Social**, Ano 2, nº. 4, julho de 2006 – ISSN – 1807 – 698X. Disponível em: <<http://www.assistentesocial.com.br>>

SANTOS, G. L. dos. **Educação ainda que tardia: a exclusão da escola e a reinserção de adultos das camadas populares em um programa de EJA**. *Revista Brasileira de Educação*. n.24. set-dez 2003.

SCHWADE, Elisete. (Org.) **Política e Cotidiano: estudos antropológicos sobre gênero, família e sexualidade**. Blumenau: Nova Letra. p. 47 – 68, 2006.

SEIXAS, Ana Maria Ramos. **Sexualidade feminina. História, cultura, família – personalidade & psicodrama**. São Paulo: ed. SENAC São Paulo, 1998.

SILVA, L. M. **A Política Pública do Trabalho, Emprego e Renda no Brasil na década de 90 e sua interface com a Política Pública de Assistência Social no Estado do Paraná.** Pontifícia Universidade Católica De São Paulo. São Paulo, 2005.

SIMÕES, Carlos: **Curso de direito do serviço social.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. **Curso de Direito do Serviço Social.** São Paulo, Cortez, 2007

SOARES, Fabio Veras et al. **Programas de transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade e a pobreza.** Brasília: Ipea, 2006. (Texto para Discussão n. 1228.) Disponível em:. Acesso em: 28 de out. de 2011.

SPOSATI, Aldaíza. A Assistência Social e a Trivialização dos Padrões de Reprodução Social. *In*:SPOSATI, A.; FALCÃO, M. do C.; FLEURY, S. M. **Os Direitos (Dos Desassistidos) Sociais.** 5ª ed. SP: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. **Mapa da exclusão/inclusão social na cidade de São Paulo.** São Paulo: EDUC, 1996.

SZYMANSKI, H. **Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança.** Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, ano 21, n. 71, p. 9-25, set.2002.

TASCHNER, B.G. *Lazer, Cultura e Consumo.* **RAE – Revista de Administração de Empresas.** V.40, n.4, p.38-47, out./dez. 2000.

TAVARES. M. C. Ajuste e reestruturação nos países centrais. **Economia e saúde,** Campinas, n.1, p. 59- 67, ago. 1992.

\_\_\_\_\_. FIORI, J. L. **Desajuste global e modernização conservadora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

Teivanen, Teivo (2009). **The World Social Fórum: Arena or Actor**, In: **Sen, Waterman**; World Social Fórum Challenging Empires. Black Rose, 2009, P. 94 – 103.

The WHOQOL Group. The World Health Organization quality of life assessment (WHOQOL): development and general psychometric properties. Soc Sci Med 1998; 46:1569-85.

VILLA, S. B. **Morar em Apartamentos**: a produção dos espaços privados e semi privados nos apartamentos ofertados pelo mercado imobiliário no século XXI - São Paulo e Ribeirão Preto. Critérios para Avaliação Pós-Ocupação. 2008. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo / Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo.

VITALE, M. A. F. (Org.). **Família Redes, Laços e Políticas Públicas**. 2.ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais – PUC/SP, 2002.

WAGNER, Adriana; PREDEBON, Juliana; MOSMANN, Clarisse; VERZA, Fabiana. **Compartilhar Tarefas? Papéis e Funções de Pai e Mãe na Família Contemporânea**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Mai-Ago 2005, Vol. 21 n. 2, p. 181-186. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&t&pid=S0102-37722005000200008&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&t&pid=S0102-37722005000200008&lang=pt)>. Acessado em: 08 de setembro de 2010

WANDERLEY, M. B. **Revista Serviço Social e Sociedade**: Refletindo sobre a noção de exclusão, n° 55 ano XVIII, novembro, Editora Cortez, 1997.

WOOLF, Virgínia. **Um teto todo seu**. 2a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

## APÊNDICE

## QUESTIONÁRIO DE PESQUISA TCC 2016

### DADOS DO ENTREVISTADO

- 1- Idade: \_\_\_\_\_
- 2- Grau de escolaridade: \_\_\_\_\_
- 3- Estado Civil: ( ) Solteiro (a) ( ) Casado(a) ( ) Viúvo(a) ( ) Divorciado(a)  
( ) Outros.

### DADOS DA FAMÍLIA

- 4- Quantas pessoas moram na casa? \_\_\_\_\_
- 5- Quantas pessoas estudam? \_\_\_\_\_
- 6- Quantas pessoas trabalham? \_\_\_\_\_ ( ) Formal ( ) Informal ( ) Desempregado
- 7- Qual a renda mensal do seu grupo familiar:  
( ) Sem renda ( ) Menos de 1 salário mínimo ( ) De 1 a 2 salários mínimos  
( ) Mais de 2 salários mínimos ( ) Aposentadoria ( ) Benefício do governo
- 8- Recebe algum benefício:  
( ) BPC/ LOAS ( ) Bolsa Família ( ) Nenhum ( ) Outros, qual ?  
\_\_\_\_\_

### DADOS DO DOMICÍLIO

- 9- Onde você mora é considerado lugar de situação de risco:  
( ) sim ( ) não Qual: \_\_\_\_\_
- 10- Situação do imóvel em que mora:  
( ) Casa própria ( ) Cedida ( ) Invasa ( ) Alugado, valor do aluguel: \_\_\_\_\_
- 11- Quantos cômodos têm sua casa contando com o banheiro? \_\_\_\_\_
- 12- Esta casa possui energia elétrica?  
( ) Não ( ) Sim, com padrão próprio ( ) Outros, como? \_\_\_\_\_
- 13- Como é feito o abastecimento de água de sua casa?

( ) Água encanada ( ) Cisterna ( ) Outros, como ? \_\_\_\_\_

**14-** A água de beber da sua casa é:

( ) Filtrada ( ) Fervida ( ) Não recebe nenhum tratamento ( ) Outros, como ?  
\_\_\_\_\_

**15-** Na casa possui rede de esgoto?

( ) sim ( ) não ( ) outros, qual ? \_\_\_\_\_

**16-** Existe coleta de lixo?

( ) sim ( ) não, qual o destino do mesmo ? \_\_\_\_\_

### **DADO SÓCIO ECONÔMICO**

**17-** Utiliza algum serviço público de saúde:

( ) ESF ( ) Hospital ( ) PAM ( ) Policlínica ( ) Nenhum ( ) Unidade IV – Saúde da Mulher ( ) CASU ( ) Outros, quais ? \_\_\_\_\_

**18-** Atendimento que já obteve com o SUS:

( ) Clínico- geral ( ) Especialistas ( ) Cirurgias ( ) Tratamento dentário ( ) Nenhum ( ) Outros quais ? \_\_\_\_\_

**19-** Quais são as maiores dificuldades em que vive a família?

( ) Moradia ( ) Alimentação ( ) Saúde ( ) Maus tratos/ abandono ( ) Locomoção  
( ) Educação ( ) Outros, quais ? \_\_\_\_\_

**20-** A renda mensal é suficiente para arcar com todas as necessidades básicas da família? ( Casa, alimentação, Vestuário, Saúde, Lazer).

( ) Sim ( ) Não Por que? \_\_\_\_\_

### **DADOS SÓCIO CULTURAIS**

**21-** Quais as atividades que a família gosta de fazer no momento de lazer:

( ) Assistir TV ( ) Praticar esportes ( ) Artesanato ( ) Música  
( ) Outros, quais ? \_\_\_\_\_

**22-** Que locais freqüentam no tempo livre:

( ) Bares ( ) Campo de futebol ( ) Igreja ( ) Danceteria/ forró ( ) Nenhum ( ) Outros,  
onde ? \_\_\_\_\_

**23-** Você é acompanhado em outro equipamento?

( ) CRAS ( ) CREAS ( ) CAPS ( ) Outros, onde?

**24-** Como soube dos cursos da Casa da Mulher?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**25-** Você está satisfeito com o aprendizado do curso?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**26-** Você já exerce alguma atividade remunerada ou não do curso em que você está se profissionalizando?

( ) Sim, o que ? ( ) Não, porque ?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**27-** Você pretende procurar um emprego na área em que está se profissionalizando?

( ) Sim ( ) Não, porque ?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**28-** Porque você acha importante trabalhar?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**29-** Houve alguma mudança em sua vida pessoal depois que você começou fazer o curso?

( ) Sim ( ) Não

Quais?

---

---

**30-** Houve alguma mudança em sua vida profissional depois que você começou fazer o curso?

( ) Sim ( ) Não

Quais?

---

---

**31-** Alguma sugestão de melhoria para a casa da mulher?

( ) sim ( ) não

Qual?

---

---